ISSN 2764-8346

Revista Científica

MOURA EDUCACIONAL

v. 2 n. 1 janeiro/dezembro 2023

Investigação Científica, Acadêmica e profissional

www.editorahawking.com.br/

Hawking EDITORA

Revista Científica Moura Educacional
v.2 n.1 Janeiro/Dezembro 2023

Maceió-AL
2023
Hawking
EDITORA

EDITORIAL: Betijane Soares de Barros
REVISÃO ORTOGRÁFICA: Editora Hawking
DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira da Silva
DESIGNER DE CAPA: Editora Hawking
IMAGENS DE CAPA: freepik
ARTE FINAL: Editora Hawking

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.

A Revista Sistemática está sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

NOTAS DO EDITOR
Para baixar o PDF de cada artigo da Revista Sistemática a partir do seu smartphone ou tablet, escanei o QR code publicado na capa da revista, o qual irá remeter para a página da editora, local onde se encontra a mostra da versão impressa.

Revista Científica Moura Educacional /Editora Hawking
- Vol 2, n.1 (2023) – Maceió – AL: Editora Hawking, 2023 –Anual

ISSN 2764-8346

1. Revista Científica Moura Educacional – Periódicos I. Brasil, Editora Hawking

---

Editora Hawking
2023

Av. Comendador Francisco de Amorim Leão, 255 - Farol, Maceió - AL, CEP 57057-780
Disponível em: www.editorahawking.com.br
editorahawking@gmail.com

DIREÇÃO EDITORIAL

Drª Betijane Soares de Barros
Instituto Multidisciplinar de Alagoas
– IMAS
http://lattes.cnpq.br/4622045378974366

CONSELHO EDITORIAL

Drª. Adriana de Lima Mendonça
Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2001) Mestre em Química e Biotecnologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2004)Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)
Pós-doutorado em Biotecnologia através do Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD/RENORBIO/CAPES, 2014)
http://lattes.cnpq.br/0381713043828464

Dr. Anderson de Alencar Menezes
Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 1998) Bacharel em Teologia pelo Centro Unisal - Campus Pio XI (São Paulo) (UNISAL, 2002) Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2005)
Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (UPORTO, Portugal, 2009)
http://lattes.cnpq.br/3996757440963288

Drª. Andrea Marques Vanderlei Fregadolli
Bacharel em Farmácia pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 1999) Licenciada em Educação Física pela Universidade Claretiano (CLARETIANO, 2019) Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL, 2015)
Especialista em Nutrição Materno-Infantil pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)
Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)
Especialista em Farmácia Clínica Direcionada à Prescrição Farmacêutica pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)
Especialista em Análises Clínicas pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2016) Especialista em Plantas medicinais: manejo, uso e manipulação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2001)
Especialista em Farmacologia: Atualizações e Novas Perspectivas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2002)
Mestre em Modelagem Computacional de Conhecimento pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011).
Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2015).
http://lattes.cnpq.br/5455567894430418

Dr. Eduardo Cabral da Silva
Graduado em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006) Graduado em Matemática pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 2015) Mestre em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010) Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018) http://lattes.cnpq.br/2609068900467599

Dr. Fábio Luiz Fregadolli
Bacharel em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 1996) Mestre em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 2000)
Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, 2004) http://lattes.cnpq.br/7986638670904115

Drª. Jamyle Nunes de Souza Ferro
Bacharel em Farmácia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009) Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2012)
Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2016) Pós-doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018) http://lattes.cnpq.br/2744379257791926

Drª. Laís Agra da Costa
Graduada em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011) Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)
Doutora em Ciências Biológicas (Biofísica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2018) http://lattes.cnpq.br/2066151967059720

Dr. Patrocínio Solon Freire
Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 2000) Bacharel em Teologia pela Universidade Pontifícia Salesiana (UPS- Itália, 2004) Especialista em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC- SP, 2004) Especialista em Gestão Educacional pela Faculdades Integradas Olga Mettig (FAMETTIG, 2006) Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2009) Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2014) http://lattes.cnpq.br/5634998915570816

Dr. Rafael Vital dos Santos
Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006) Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010) Especialista em Diagnóstico Molecular pela Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS, 2014) Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)
Doutor em Materiais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)
http://lattes.cnpq.br/3000684462222111

AVALIADORES DESTE NÚMERO

Drª. Andrea Marques Vanderlei Fregadolli
http://lattes.cnpq.br/5455567894430418

Dr. Eduardo Cabral da Silva
http://lattes.cnpq.br/2609068900467599

Dr. Fábio Luiz Fregadolli
http://lattes.cnpq.br/7986638670904115

Drª. Laís Agra da Costa
http://lattes.cnpq.br/2066151967059720

Drª. Lucy Vieira da Silva Lima
http://lattes.cnpq.br/0010369315381653

Dr. Rafael Vital dos Santos
http://lattes.cnpq.br/3000684462222111

EDITORIAL

A Revista Moura Educacional (ISSN) iniciada em 2022, é um periódico multidisciplinar anual, conta com artigos originais e de revisão da área da educação, saúde, gestão, direito, ciências, administração, tecnologia e outros, desenvolvidos em cursos de pós-graduação latu sensu, por profissionais de instituições públicas e privadas. O objetivo da Revista Científica Moura Educacional é promover o caráter científico, com enfoque no sujeito, entre pesquisadores, graduandos e de pós-graduação que atuam em diferentes áreas do conhecimento. Os artigos encaminhados serão submetidos à avaliação da Assessoria Científica que decidirá sobre a conveniência da publicação, orientando aos autores sugestões e possíveis correções

De acordo com a política de acesso público e de direitos autorais adotada pela Revista Moura Educacional, que utiliza a Licença Creative Commons - CC BY, que permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do meu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que atribua o devido crédito pela criação original. Deste modo, cedo à revista o direito de primeira publicação, com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

A Revista Moura Educacional é uma publicação periódica editada com o intuito de disseminar o conhecimento científico e promover o progresso da ciência. Esperamos que os textos publicados contribuam para a formação intelectual e a reflexão crítica.

Betijane Soares de Barros

SUMÁRIO

TEA - TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DAS RELAÇÕES PESSOAIS AO MERCADO DE TRABALHO.
Alice Vieira dos Santos..... **01**

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Nayra Vanessa da Silva..... **15**

O NEGRO NO ENSINO SUPERIOR
Marcos Antonio Lopes da Silva..... **26**

SÍNDROME DE DE TOURETTE E RELATO DE CASOS RELATADOS PELA EXPERIÊNCIA EM SALA DE AULA
Rosatrícia da Silva Moura..... **41**

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL X EDUCAÇÃO INFANTIL
Betijane Soares de Barros
Cleidejane Soares de Barros
Andrea Marques Vanderlei Fregadolli..... **50**

Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

TEA - TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DAS RELAÇÕES PESSOAIS AO MERCADO DE TRABALHO.

Alice Vieira dos Santos

RESUMO

Diante do aumento no número de diagnósticos do transtorno do espectro autista – TEA, a sociedade está direta e indiretamente em contato com o autista, por isso é preciso que a mesma esteja ciente das singularidades e da complexidade do diagnostico, pois a principal causa do capacitismo é a falta de informação, a busca por informação, não deve estar restrito a familiares, profissionais da saúde e educação. O autista e sua família além do preconceito devem enfrentar as barreiras no processo de diagnosticar o espectro, a escassez de profissionais qualificados para reconhecimento das alterações e a falta de serviços especializados no sistema único de saúde impossibilita um diagnostico rápido, afetando o seu desenvolvimento pelo atraso da intervenção pedagógica. A educação é muito importante em sua vida, possibilita a essa criança ser bem sucedido em suas empreitadas, com o emprego certo dos métodos pedagógicos ela será um jovem/adulto com facilidade na interação e inserção na sociedade, no mercado de trabalho e em qualquer área que desejar estar.

Palavras-Chaves: autismo, busca por informação, interação, profissional autista, educação.

INTRODUÇÃO

Vemos que o aumento nos números de diagnósticos do transtorno do espectro autista é uma realidade cada vez mais presente em muitas famílias, independente de raça, condição social, religião ou qualquer outra particularidade. O diagnostico de autismo cresceu ao longo dos anos com estimativa aproximada em mais de 1% da população mundial, apresentando-se em mais de 4 milhões de pessoas no Brasil (APA, 2014). Há um longo caminho a ser percorrido quando se fala do autismo, existem perguntas das quais ainda não se tem respostas exatas.

Desde os primeiros sinais de que o desenvolvimento da criança é atípico, caracterizado por dificuldade para interagir socialmente, como manter o contato visual, identificar expressões faciais e compreender gestos comunicativos, expressar as próprias emoções e fazer amigos; Dificuldade na comunicação, caracterizado por uso repetitivo da linguagem e dificuldade para iniciar e manter um diálogo; Alterações comportamentais, como manias, apego excessivo a rotinas, ações repetitivas, interesse intenso em coisas específicas e dificuldade de imaginação, a mãe ou responsável dirigisse a unidade básica de saúde ou hospital de sua preferência, é neste local que deve ser feita a avaliação inicial e definição da necessidade de encaminhamento para um especialista.

A família começa a trilhar um longo caminho pelo diagnostico e por tratamentos adequados para o grau de autismo correspondentes, o que pode ser muito difícil, não importando a classe social ou as condições financeiras, mas, sobretudo para famílias que procuram tratamento na rede pública de saúde. Desde sedo proporcionar as famílias com menos condições financeiras a qualidade no sistema único de saúde (SUS) e agilidade no diagnostico correto possibilita uma qualidade de vida melhor tanto para a criança quanto para a sua família.

Grupos familiares de baixa renda com condições financeiras reduzidas têm muita dificuldade em dar um tratamento adequado para seu filho, muitas são as dificuldades que o autista e sua família enfrentam desde a falta de médicos especializados na rede pública a demora no diagnostico, quando conseguem a consulta com o medico os exames já tem passado da validade, ainda devem se preocupar com o preconceito que está ligado a falta de informação, gerando uma cultura capacitista. A palavra “capacitismo” significa a discriminação de pessoas com deficiência, acontece de forma física e social: físico quando impõe barreiras de acessibilidade, social quando a própria sociedade estigmatiza essas

pessoas, o que deixa a família ainda mais preocupada de como será o futuro quando eles não estiverem mais presente.

O capacitismo social está ligado principalmente ao pouco conhecimento sobre a condição, gera a falsa crença que o autismo é uma doença, sendo assim procura características físicas por não conhecer a amplitude do espectro.

Existe uma diferenciação entre desempenho social, habilidades sociais e competência social, segundo Carvalho apud Del Prette (2001, p. 31):

> O desempenho social refere-se à emissão de um comportamento ou sequência de comportamentos em uma situação social qualquer. Já o termo habilidades sociais refere-se à existência de diferentes classes de comportamentos sociais no repertório do indivíduo para lidar de maneira adequada com as demandas das situações interpessoais. A competência social tem um sentido avaliativo que remete aos efeitos do desempenho social nas situações vividas pelo indivíduo.

O autismo de alto funcionamento é um termo informal usado para caracterizar pessoas com autismo consideradas com maior "funcionalidade" em realizar atividades do dia a dia, interagir, realizar atividades como ler, escrever, falar ou tomar decisões, conhecido também como Transtorno de Asperger faz parte do TEA de nível 1 ou grau leve. A pessoa com esse grau de autismo pode ter alguns sintomas perceptíveis, como disfunção sensorial e ansiedade, mas como apresentam sinais leves muitas vezes o autismo desses indivíduos pode passar despercebido pelas outras pessoas, a famosa frase "não tem cara de autista". Por ser um diagnóstico complexo e por ser o próprio autismo um espectro com diferentes graus se torna de difícil compreensão para as pessoas fora desse círculo. Quando recebem uma boa educação pessoas de grau leve podem trabalhar, participar de diversas áreas.

Conhecimento é poder, a busca por informação, não deve estar restrito a familiares, profissionais da saúde e educação, a sociedade deve estar por dentro do assunto fazendo parte da inclusão, Receber essas pessoas, não apenas crianças, mas também adolescentes e adultos, pois serão futuros universitários e profissionais. É preciso estar de mente aberta para recebê-los cientes de suas singularidades. Temos o conhecimento na palma de nossas mãos, tornasse mais fácil conhecer e entender essas pessoas, entender que *"ela faz parte do nosso mundo e que não é um mundo a parte". (Educando en La vida)*

Em termos metodológicos, o que se pode encontrar ao longo desse breve artigo é um trabalho exploratório, de cunho bibliográfico e descritivo, escrito com a permanente preocupação de que sendo consultado por um leigo no assunto, possa

facilmente ser lido e compreendido possibilitando um breve conhecimento sobre o tema, sendo plantado um conhecimento que evolua com o desejo genuíno de ser parte da inclusão.

ASPECTOS METODÓLOGICOS

Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de natureza qualitativa e bibliográfica, já que a análise se realizou em diversas fontes de pesquisas como conteúdo de livros, artigos científicos, sites, dissertação, teses e bibliográficas virtuais.

O ESPECTRO AUTISTA

O termo “autismo infantil” apareceu pela primeira vez em 1943, quando Leo Kanner publicou seu ensaio Autistic Disturbances of Affective Contact, onde Kanner observou 11 crianças que apresentavam isolamento extremo desde o início da vida, apego às rotinas, preferência por objetos inanimados em detrimento de pessoas e algumas outras características. Neste momento, Kanner chegou a concluir que talvez estes sintomas fossem inatos a essas crianças, ou ainda, que os pais das crianças deveriam ser responsabilizados por estes comportamentos de seus filhos, e chegou a criar o termo “mãe geladeira”, pois dizia que essas mães tinham um contato muito frio e mecanizado para com seus rebentos. (SILVA, GAIATO, REVELES, 2012).

Em meados de 1960, a psiquiatra inglesa Lorna Wing, cuja filha tinha autismo, realizou um estudo epidemiológico que permitiu descobrir a tríade de sintomas desta doença, ou seja, as alterações sociais, comunicação e linguagem e padrões alterados de comportamento, estes sintomas ficaram conhecidos como “Tríade de Lorna Wing” (OLIVEIRA, 2009). Nesta mesma década, temos a contribuição de Ole Ivar Lovaas (1960), que introduziu a ideia de que crianças com autismo poderiam aprender novas habilidades através da técnica de terapia comportamental, com isso percebemos que o autismo se tornava, muitas vezes, uma doença muito danosa para os pais, uma vez que essa terapia comportamental sofria muitos preconceitos na época, pois deveria ser procurada somente quando estivessem esgotadas todas as outras possibilidades. (SILVA, GAIATO, REVELES, 2012).

Há pouco tempo os sintomas do autismo eram enquadrados como uma forma de esquizofrenia. Em 1952 os diversos sintomas de autismo eram classificados como um subgrupo da esquizofrenia infantil, não sendo entendido como uma condição específica e separada, houve muita confusão sobre a natureza do autismo era comum a crença de que o

distúrbio seria causado por pais emocionalmente distantes. Nos anos 60, crescem as evidências de que o autismo era um transtorno cerebral presente desde a infância e encontrado em todos os países e grupos socioeconômicos e étnico-raciais.

Em 2014 foi publicado o maior estudo já realizado sobre as causas do autismo revelou que os fatores ambientais são tão importantes quanto a genética para o desenvolvimento do transtorno. Isto contrariou estimativas anteriores, que atribuíam à genética de 80% a 90% do risco do desenvolvimento de TEA. Foram acompanhadas mais de 2 milhões de pessoas na Suécia entre 1982 e 2006, com avaliação de fatores como complicações no parto, infecções sofridas pela mãe e o uso de drogas antes e durante a gravidez. Conclusão do respectivo artigo:

> "Entre as crianças nascidas na Suécia, o risco individual de TEA e transtorno autista aumentou com o aumento do parentesco genético. A herdabilidade do TEA e do transtorno autista foi estimada em aproximadamente 50%. Esses achados podem informar o aconselhamento de famílias com crianças afetadas." (THE FAMILIAL RISK OF AUTISM, 2014).

A nova versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, a CID 11, segue o que foi proposto no DSM-V, e passa a adotar a nomenclatura Transtorno do Espectro do Autismo: 6A02 para englobar todos os diagnósticos anteriormente classificados como Transtorno Global do Desenvolvimento.

> O CID é usado para traduzir diagnósticos de doenças e outros problemas de saúde em códigos alfanuméricos, permitindo o armazenamento, recuperação e análise dos dados. A CID é a classificação diagnóstica padrão internacional para todos os propósitos epidemiológicos gerais e muitos propósitos de gerenciamento de saúde. Esses propósitos incluem a análise de situações gerais de saúde em grupos populacionais, monitoramento de incidência e prevalência de doenças e exame de outros problemas de saúde em relação a outras variáveis, como as características e circunstâncias dos indivíduos afetados. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. ICD-11)

Atualmente o Transtorno do Espectro Autista é dividido em graus de sua gravidade, segundo DSM-5, como o nível 3, neste grau a comunicação social apresenta déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal e causam prejuízos graves de funcionamento, limitação em iniciar interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros e o comportamentos repetitivos e restritos que representa a inflexibilidade de comportamento, evidenciando que este comportamento aparece nos três níveis. Denominado nível 2 a comunicação social apresenta-se como intencionais, há habilidades de comunicação social verbal e não verbal. No nível 1 também conhecido como autismo

leve, exige apoio de comunicação social e na ausência de apoio, os déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis.

Ao contrario do que muitas pessoas imaginam, o autismo não é uma doença e sendo assim, também não tem cura, é uma condição relacionada ao desenvolvimento do cérebro que afeta a forma como uma pessoa percebe o mundo e se socializa. Dessa forma, elas podem ter dificuldades de interação social e comunicação. Porém , muitas pessoas com autismo conseguem realizar todas as suas atividades diárias, enquanto outros podem nessecitar de ajuda. Embora não tenha cura, o TEA pode ser tratado de inúmeras formas. Com o apoio de uma equipe multidisciplinar (diferentes profissionais), a criança pode desenvolver formas de se comunicar socialmente tendo maior estabilidade emocional.

SOBRE AS RELAÇÕES PESSOAIS

A comunicação acontece quando uma pessoa envia uma mensagem para outra pessoa, isso pode ser verbal ou não verbal. A interação acontece quando duas pessoas respondem uma à outra - comunicação bidirecional. A maioria das pessoas autistas tem dificuldade em interagir com os outros, responder a outras pessoas ou usar a interação para mostrar coisas às pessoas ou ser sociável, compreender e relacionar-se com outras pessoas participando da vida cotidiana familiar, escolar, profissional e social, estes podem ser mais difíceis.

Na maioria dos casos são pessoas sinceras, amorosas, inteligentes muitas vezes divertidas, mas as dificuldades em perceber seu entorno e em se expressar torna a socialização muito difícil para a pessoa autista, acabam sendo isoladas permanescendo sem a chance de se desenvolver plenamente e de oferecer ao mundo suas contribuições.

O autismo pode atingir vários níveis e a maioria das pessoas só conhecem aquele considerado “clássico”, o mais grave dentro do espectro, e pensam que todos os autistas são iguais, portanto muitas pessoas acabam gerando pré-conceitos quando uma mãe diz ter um filho autista, e isso pode provocar muitos conflitos na vida da família dificultando o desenvolvimento da criança.

Consideramos a falta de informação como a maior geradora de conflitos e preconceitos com as pessoas com autismo, visto que uma vez que se desconhece a doença fica difícil para a pessoa considerada normal aceitar certos comportamentos do autista. Sabe-se que o autista não apresenta nenhum tipo de anomalia ou diferença na aparência, isso pode dificultar a caracterizar aquela criança dentro do espectro, ainda que as pessoas conheçam a doença, muitas vezes consideram aquela criança mal-educada e

mimada culpando a mãe por incentivar tal comportamento, quando na verdade pode estar apresentando uma crise gerada pelo transtorno.

> "O conhecimento é poder. Utilize parte do seu tempo para educar alguém sobre o autismo. Não necessitamos de defensores. Necessitamos de educadores." Para conseguirmos nos educar sobre questões do autismo é importante trocarmos idéias e experiências, promovendo um envolvimento da sociedade na busca por estratégias assertivas de inclusão**.** **(**Asperger women association)

O mercado de trabalho para o autista não é fácil, o convívio na escola pode ajudar no desenvolvimento da criança, a escola pode auxiliar nesse processo de inserção do indivíduo autista na sociedade a qual ele pertence, talvez seja a melhor ferramenta de inclusão colocando a criança autista em seu lugar de direito, possibilitando o desenvolvimento dela e ajudando no das demais. As crianças diferentemente dos adultos não vêem o autista como atípico é um amigo que não gosta de falar muito, se incomoda com barulhos altos às vezes, e para essas crianças é normal, pois esta inserido em sua rotina diária, desde pequenas são cheias de empatia e respeito ao próximo.

Como agente transformador está o professor, profissional da educação que através de atividades didático-pedagógicas e metodologias assistivas, o professor poderá incentivar seus alunos de forma positiva a fim de contribuir para uma sociedade mais justa, voltada às questões educacionais e sociais. Para tanto, o professor deve estar consciente da sua função de educador, bem como deve posicionar-se no sentido da reeducação, procurando sempre novos meios de evoluir e sempre atento no que diz respeito à inserção do aluno PCD no ambiente escolar e fora dela.

Com isso consideramos que o trabalho do educador deverá ir além do ensinar, mas sim ajudá-los nas interações sociais entre os amigos, familiares e todas as pessoas que fazem parte da equipe escolar. Com isso a criança começará a desenvolver suas habilidades interacionais e sociais e com o tempo passará a se comportar assim em outros ambientes fora da escola, juntos família e educador poderá conseguir realizar esses propósitos com muita paciência e dedicação.

A especialista *Lívia Aureliano* destaca cinco dicas essenciais para um convívio respeitoso:

- Não faça suposições ou estereótipos: Evite generalizações ou estereótipos sobre o autismo. Cada indivíduo no espectro autista é único, com suas próprias características e necessidades. Portanto, não assuma que todos os autistas compartilham as mesmas habilidades ou desafios.

- Não ignore suas necessidades de comunicação: Respeite e valorize as diferentes formas de comunicação utilizadas pelos autistas. Alguns podem preferir a comunicação não verbal, enquanto outros podem utilizar a fala, a escrita ou a tecnologia assistiva. Não ignore ou desvalorize essas formas de expressão, mas esteja aberto e receptivo a elas.
- Não force a interação social: Cada autista tem seu próprio conforto e limite em relação à interação social. Evite pressionar ou forçar um autista a se envolver em situações sociais que lhe causem desconforto. Respeite seu espaço e permita que ele decida quando e como deseja se envolver socialmente.
- Não faça comentários ofensivos ou depreciativos: Não faça comentários depreciativos, ofensivos ou que desvalorizem as habilidades dos autistas. Comentários negativos ou julgamentos podem causar danos emocionais e prejudicar sua autoestima. Em vez disso, foque em valorizar suas conquistas e reconhecer suas habilidades únicas.
- Não minimize suas experiências ou desafios: Evite minimizar as dificuldades enfrentadas pelos autistas. As lutas e os desafios que eles enfrentam podem ser diferentes dos de pessoas neurotípicas. Portanto, não menospreze suas experiências, mas esteja disposto a ouvir, entender e oferecer apoio quando necessário.

É importante colocá-lo na conversa mostrando que ele esta sendo visto e que as pessoas ao seu redor se importam e vão interagir com ele, quando estiver pronto pode ocorrer uma conversa respeitando seu tempo e seu desejo. Seja claro e evite jargões e metáforas, tenha conversas diretas e se ele quiser conversar e estiver à vontade com você fluirá naturalmente, lembrando de sempre respeitar ser tempo, cada pessoa é única na maneira de ser e viver, o autista não poderia ser diferente, não existe ninguém igual. A cada dia as pessoas buscam conhecimento procurando educar-se sobre o assunto. Essa fase de conscientização é muito importante para a inclusão, sair da zona de conforto e colocar-se no lugar do outro, a empatia mostra o mundo por outros olhos. É importante quebrar os tabus e aceitar as condições especificas de cada pessoa.

AUTISTAS NO MERCADO DE TRABALHO

Há alguns anos autismo e trabalho seriam duas palavras que não poderiam estar na mesma frase, por pensarem que com suas especificidades, sua forma de comunicação e responder a acontecimentos rápidos ou simplesmente por dizerem que não conseguiriam, não teriam a capacidade. Após lutas por direitos, por diagnósticos e tratamentos, vemos que não somente é possível, mas são capazes de muito mais. A cada dia vai sendo quebrado o tabu que existe do autista no mercado de trabalho e sendo criadas leis que garante esse direito e os coloca em condições de inserção na sociedade contribuído para mesma. Assegurados por lei as empresas estão

recebendo esse profissional e hoje o autista com uma carreira já é realidade.

A inclusão de um autista no mercado de trabalho é garantida pela mesma lei que determina a participação mínima para portadores de qualquer deficiência. Foi a **Lei 12.764, de 2012 – também conhecida como Lei Berenice Piana – que abriu as portas** para o reconhecimento do Autismo dentro do rol das demais deficiências. Desde então, o autismo tem sido muito mais discutido e diagnosticado no país.

Os profissionais autistas são conhecidos por serem muito pontuais e dedicados. Eles são extremamente focados em seus trabalhos e podem ser muito confiáveis em tarefas que exigem atenção aos detalhes e precisão. Essas habilidades são particularmente úteis em áreas como produção e manufatura

Muitos autistas são dotados de habilidades em matemática e lógica, o que os torna excelentes em áreas como programação, engenharia e análise de dados. Eles também são capazes de identificar padrões complexos e encontrar soluções para problemas difíceis, são muito atentos aos detalhes. Eles têm a capacidade de se concentrar em tarefas por períodos prolongados de tempo, analisando informações com um olhar minucioso e cuidadoso. Isso pode ser benéfico em áreas como pesquisa e desenvolvimento, contabilidade e auditoria. Muitas pessoas com autismo têm dificuldades na comunicação verbal, mas muitos também são especialistas na comunicação não verbal. Eles podem perceber nuances em gestos, expressões faciais e linguagem corporal que a maioria das pessoas não percebe. Essa habilidade pode ser muito útil em áreas como vendas, negociação e análise de dados. Muitas pessoas com autismo têm habilidades únicas que podem ser valiosas para o setor de TI. Eles geralmente são altamente analíticos, com uma atenção aos detalhes incomparável. Eles podem ter habilidades matemáticas excepcionais, e muitas vezes são capazes de identificar padrões e anomalias que outros podem perder. Além disso, eles podem ser altamente focados e motivados em projetos específicos, permitindo que trabalhem em tarefas complexas com mais eficiência e eficácia do que outras pessoas.

Devido a essas habilidades, muitos autistas têm encontrado sucesso em carreiras relacionadas à tecnologia da informação, como programação, análise de dados, testes de software e outros. Empresas que contratam esses profissionais podem se beneficiar de sua perspectiva única e habilidades de resolução de problemas, que podem ajudar a identificar e corrigir problemas em sistemas de TI.

Apesar dos grandes avanços a certa resistência das empresas de receber esse

profissional, autistas pode trazer habilidades únicas e valiosas para o setor, mas muitas empresas ainda não estão aproveitando todo o potencial desses profissionais, as barreiras para a contratação incluem a falta de compreensão sobre o autismo, a falta de programas de treinamento para o trabalho a ser feito e se o profissional que prestará esse treinamento é especializado na interação com TEA. O apoio para trabalhadores autistas disponibilizando recursos para gerenciar a comunicação e as interações sociais no ambiente de trabalho são muito importantes. Faz-se necessário que essa empresa se prepare para receber esse profissional autista, preparando não somente o ambiente adaptando a iluminação, reduzindo ruídos e fornecendo espaços de trabalho mais isolados, se necessário, mas também disponibilizando conhecimento para o corpo da empresa, mostrando as dificuldades enfrentadas por eles, mas principalmente que são capazes de fazer o que lhe foi proposto. Esse autista não esta na empresa porque é autista, ele garantiu essa vaga apesar das limitações impostas por seu diagnostico, que com a ajuda desses colegas e com apoio moral será mais fácil a adaptação.

Dar essa oportunidade lhe possibilita a chance de crescer como cidadão onde contribui para a sociedade e faz parte dela, recebe conhecimento externo saindo do seu ciclo cotidiano, melhorando suas habilidades e conhecimento, o individuo se conhece e percebe que pode fazer algo grande, claro que sabemos que essa visão idealista e perfeita só será possível para um grau leve de autismo.

Deve destaque que é um avanço muito importante, mas infelizmente não é uma realidade para todos, é preciso reconhecer que, ao longo de muitos anos, as pessoas com deficiência estiveram segregadas do sistema regular de ensino, o que cria problemas para inserção desse profissional. Esses são alguns dos motivos pelos quais pessoas com deficiência ocupam apenas 1% dos postos de trabalho segundo dados de 2018 da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Entre os 46,6 milhões postos com carteira assinada, somente 486 mil são ocupados por trabalhadores com deficiência.

O levantamento ainda aponta que em 2018 houve crescimento nos empregos formais das pessoas com deficiência, totalizando 486,7 mil vínculos empregatícios, equivalente a 1% do contingente total. Em relação ao ano 2017, houve crescimento de +45,4 mil empregos, equivalente a +10,3%.

Os dados evidenciam que, embora a Lei de Cotas não tenha promovido inclusão ampla, foi por meio dessa ação afirmativa que asseguramos minimamente a ocupação de pessoas com deficiência no mercado de

trabalho, isso porque o capacitismo é sistêmico e sem reação acarretará no empobrecimento dessa população, ainda mais em uma sociedade onde a exclusão das minorias é pilar de um sistema econômico pautado pelo lucro.

Para contratação de autistas, as empresas geralmente exigem um diagnóstico formal. Mas para chegar ao enquadramento clínico, são necessárias diversas análises que vão desde avaliações de psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogos, entre outros.

Uma família pobre, que depende apenas do sistema único de saúde (SUS), pode acabar desestimulada a continuar tratamentos essenciais, devido e principalmente, à demora de liberação de vagas no sistema público. Quando o tratamento começa e é continuado desde cedo, a criança tem mais chances de que seu desenvolvimento permita, mais tarde, uma melhor adaptação em escolas, universidades e, consequentemente, a entrada no mercado de trabalho.

É de baixa probabilidade que um autista longe das grandes cidades e de baixa renda sem o atendimento de qualidade pelo Sistema Único de Saúde consiga o mesmo sucesso que um que vive em uma cidade desenvolvida com acesso a profissionais capacitados.

Um atendimento de qualidade por toda a equipe da saúde, Psiquiatria da infância e da juventude, Neuropediatra, Neuropsicológica, Fonoaudióloga, Psicologia, Neurologia, Terapia ocupacional, possibilita que esse autista dependendo de seu grau consiga ter sucesso nas relações pessoais e possa estudar e desenvolver seu potencial. A área da educação em associação a saúde é de suma importância para o sucesso dessa pessoa é a base para seu futuro.

Uma saúde de qualidade é à base do sucesso para o transtorno, o diagnostico correto e rápido possibilita a esse aluno tempo para se desenvolver e aos profissionais da educação a preparação de plano de aulas, metodologias, atividades didático-pedagógicas e adaptações para trabalhar e desenvolver essas habilidades.

Não seria possível trabalhar, exercer uma profissão sem uma capacitação, no Brasil, conforme a legislação, estes transtornos não estão enquadrados nos casos de Pessoas com Deficiência e, portanto, não possuem direito a Cotas de PCD, existem cotas apenas para concursos públicos. Para uma pessoa autista conseguir uma vaga, ela deverá passar pelo mesmo processo de ampla concorrência que os demais. O Censo da Educação Superior de 2019 contabilizou pouco mais de 1.500 autistas matriculados nas universidades, número que talvez seja ainda maior na prática, se considerarmos que muitas pessoas não declaram o transtorno perante a

faculdade. O que, aliás, é uma das grandes dificuldades enfrentadas para criar estatísticas que ajudem a melhorar o trabalho das instituições nesse sentido. Entretanto, algumas universidades também vêm se adaptando a essa realidade.

Diante dos fatos aqui abordados o que não mudará é a percepção da importância dos profissionais da educação estar capacitados nessa área, sendo ela na área infantil e superior, -com ênfase nos primeiros anos da educação, pois ele possibilita o seu desenvolvimento- sempre buscando por formas humanizadas contribuir na criação de laços futuros desse individuo com a sociedade facilitando a interação com a mesma, sendo ainda mais importante essa ajuda para desenvolver suas potencialidades.

A criança autista matriculada apresenta melhoras em sua socialização, tanto na escola, quanto em casa. O aluno passa a tomar iniciativas e recebe um acolhimento pelos colegas de classe. Outro ponto importante é o aumento da autoestima, não só da criança autista como também da família. A inclusão escolar é de extrema importância para o desenvolvimento de habilidades de crianças com autismo.

O futuro profissional da educação deverá estar preparado para atender as crianças com TEA, procurar a capacitação e metodologias assistivas para contribuir no seu aprendizado assim facilitando a tratativa entre professor/aluno e aluno/professor proporcionando o desenvolvimento desse ser o colocando na sociedade com mais suporte para enfrentar o dia-a-dia, através da escola essa criança autista pode melhorar sua relação com os familiares e estar mais preparado para a vida adulta conseguindo se comunicar e se expressar, esse profissional da educação que se capacita esta proporcionando uma qualidade de vida melhor para esse aluno e também ganhando experiência na respectiva área de atuação. O diagnostico de TEA deve ser visto e utilizado como uma informação a mais da sua pessoa e na sua personalidade.

Acima de todos os métodos e didáticas a ser aprendido e ser colocado em prática, o mais importante deles é o respeito, respeitar seu tempo seu modo de ser suas singularidades, respeitar a família e suas decisões quanto ao seu diagnostico e o principal é entender que a diferença agrega e nos torna melhores.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa objetivou analisar as relações entre transtorno do espectro autista e interação social e para tanto buscou identificar as principais dificuldades na comunicação que o transtorno do espectro autista traz e as atuais relações de educação e mercado de trabalho

oferecidos a esses autistas de grau leve com baixos déficits de comunicação, bem como levantar a discussão a respeito da falta de políticas publicas que dignifiquem a busca por saúde de qualidade nos diagnósticos e tratamentos do TEA, favorecer a inclusão e principalmente incentivar a busca por conhecimento, percebendo que a sociedade é a inclusão e não apenas fazer parte dela.

REFERÊNCIAS:

ALLUGG [homepage]. https://allugg.com.br/startup/autistas-na-area-de-ti-o-potencial-nao-explorado/#barreiras-na-contratacao-de-profissionais-autistas acesso em 24 de julho de 2023.

APA – AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Referência rápida aos critérios diagnósticos do DSM-5. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASPERGER WOMEN ASSOCIATION,SITE [homepage].: https://www.aane.org/women-asperger-profiles/ acesso em 20 de julho de 2023.

AUTISMO E REALIDADE, 2021 [homepage]. Disponível -em: https://autismoerealidade.org.br/convivendo-com-o-tea/perguntas-e-respostas/

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Brasília: Diário Oficial da União.acesso em 21 de julho de 2023.

CARVALHO, Larissa Helena Zani Santos De. Caracterização e Análise das Habilidades Sociais e Problemas de Comportamento de Crianças com Autismo. Dissertação. Universidade Federal de São Carlos; São Carlos – SP; 2012

EDUCANDO EM LA VIDA, EDUCA MAIS. [homepage]. Disponível em: https://educamais.com/10-frases-sobre-autismo/ acesso em 16 de julho de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA– IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LÍVIA AURELIANO, TATUTEA. [homepage].SEGNS https://www.segs.com.br/educacao/376822-sociedade-x-autismo-5-dicas-essenciais-para-uma-interacao-respeitosa acesso em 21 de julho de 2023.

MINISTERIO DA ECONOMIA. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2018: Emprego da Pessoa com Deficiência. Outubro de 2019.

NATIONAL AUTISTC SOCIETY, SITE [homepage]. https://www.autism.org.uk/advice-and-guidance/topics/communication/understanding-and-developing-communication acesso em 24 de julho de 2023.

NEURO SABER, SITE [homepage].: https://institutoneurosaber.com.br/transtorno-global-do-desenvolvimento-o-que-e-tgd/ acesso em 16 de julho de 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. ICD-11 Reference Guide. Genebra: OMS, 2019b. Disponível em inglês em: https://icd.who.int/icd11refguide/en/index.html. acesso em 27 de julho de 2023.

SCHWARTZMAN, José Salomão; ARAÚJO, Ceres Alves de. Transtornos do Espectro do Autismo – TEA. São Paulo: Memnon, 2011.

THE FAMILIAL RISK OF AUTISM, 2014 [homepage].: https://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/1866100 acesso 25 de julho de 2023.

Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nayra Vanessa da Silva

RESUMO

O presente artigo levanta o tema da inclusão das pessoas portadoras de deficiência, na educação infantil, realizando a demonstração sobre os seus direitos a democracia, em prova de suas capacidades intelectuais e o seu desenvolver ao mundo sob o ensino inclusivo que lhes tem garantia de posição digna e humanizada. Enfatizando o desenvolvimento que deve haver na educação, que por conjuntura necessita de atuação do trabalho diante do cenário brasileiro. Destaca ainda a Declaração de Salamanca, no qual apresenta o meio de acessibilidade para pessoas com deficiência, onde visa alcançar uma educação de qualidade com ênfase nas crianças, assim com ideais de atingir uma sociedade igualitária e sem preconceitos.

Palavras-Chaves: Educação inclusiva; educação infantil; desenvolvimento; inclusão de crianças.

INTRODUÇÃO

A deficiência na infância abrange uma ampla matriz com contextos que podem afetar o funcionamento múltiplo das crianças. Dessa forma, a inclusão social é verídica hodiernamente por fatores de conclusão garantidos pela Constituição Federal de 1988, onde sucinta as palavras do artigo 6°, de que todos os indivíduos têm direitos sociais, como: a educação (parágrafo único da constituição). Sendo assim, entende-se que a inclusão escolar de alunos com deficiência em escolas deve ser de forma efetiva dentro da área da educação, pois os mesmos se fazem precisos do aprendizado.

Entretanto, há ainda os desafios para serem retidos perante a sociedade, no qual, pessoas deficientes são incapacitadas de agir, pensar e desenvolver novas circunstancias. Assim a participação de alunos com necessidades especiais na área da educação infantil é o estopim que declara o engrandecimento social com visibilidade a inclusão dentro dos anos iniciais. Emergindo a função de garantir as condições necessárias para que as crianças tenham um papel ativo em seus ambientes de aprendizagem, solucionando os desafios vivenciados e construindo significados sobre si próprias e sobre o mundo (Base Nacional Comum Curricular, BNCC, 2017)

Porém, ainda se faz dificultoso os parâmetros que devem ser exigidos para esses indivíduos, e ainda não fazem a presente atuação em equipamentos necessários para que possam ser incluídos no devido ambiente, acredito eu que por mera indiferença da sociedade não querer pensar de forma empática e igualitária, no víeis das adaptações do âmbito. No entanto, emprega-se ainda a ideia, no qual, deve ser feita uma segregação de lugares que deve ser diferente das pessoas que não possuem deficiência, como não só as escolas, todavia lugares públicos. Dessa maneira, não basta que todos sejam iguais perante a lei. É preciso que a lei seja igual perante todos. Salvador (2017)

Ademais, por muito tempo perdurou-se e ainda há algumas possibilidades de serem vigoradas em dias atuais as medidas de classificação aos estudos com pessoas portadoras de deficiência, sendo a exclusão umas das quais priva o aluno de ter acesso a escolarização. A segregação que ocorre quando a escolarização de estudantes com deficiência é oferecida em ambientes separados, ou seja, voltada só para esses alunos. A integração, processo a qual os alunos são matriculados em escolas com pessoas que não tem deficiência, mas são separados em salas diferentes. Por fim, a inclusão torna-se a forma proporcional do

ambiente de aprendizagem igualitário e participativo para todos os alunos.

O desenvolvimento adequado dessas crianças é de extrema importância para garantir sua inclusão e participação plena na sociedade. O apoio multidisciplinar, que envolve profissionais de diferentes áreas desempenha um papel fundamental nesse processo. Aliás, quando introduzimos pessoas com deficiências de forma justa na sociedade, justificamos que as mesmas não são menos provenientes de inteligência, mas capacitadas de suas funções e ocupações como cidadãos. Por meio disso é a educação que ocupa o papel fundamental, pois é inclusiva no desempenho acadêmico oferecendo-lhes acesso a um currículo diversificado e adaptado às suas necessidades individuais.

A escola tem que ser um lugar onde as crianças têm a oportunidade de ser elas mesmas e onde as diferenças não são escondidas, mas destacadas. Eglér Mantoan (2017). Inclusão é simplesmente fazer tudo pensando nas pessoas que existem. E não considerando pessoas que você gostaria que existissem. Werneck (2016). Portanto, uma das prioridades que as políticas públicas devem ter é o aprimoramento da inclusão de todas as crianças. Sabendo disso, a condição de agregar pessoas, independente das suas diferenças tem uma importância vital que caracteriza a independência no realizar das atividades. Da mesma forma que toma a ser indispensável a atuação de docentes dentro das áreas de cunho especial, pois os mesmos além de educar, devem cuidar. Assim, segundo Forest, Weiss (2009) aborda que o cuidar e educar são elementos indissociáveis, onde não existe cuidar sem educar no saber fazer.

Além do mais, a inclusão de crianças traz outros benefícios, como o desenvolvimento social e emocional em que a inclusão escolar proporciona oportunidades para que as crianças interajam e se relacionem com outros colegas, desenvolvendo habilidades sociais e emocionais importantes, todavia, autoestima e autoconfiança ao participarem de atividades educacionais com seus colegas, as crianças têm a oportunidade de construir uma imagem positiva de si mesmas, fortalecendo sua autoestima e autoconfiança. O Instituto Internacional de Planejamento Educacional (IIPE) da UNESCO com o apoio do UNICEF, teve como alvo a contribuição de um olhar mais visível dando ênfase que, “A prioridade deve facilita a conversão de escolas especiais em centros de recursos e encorajar essas e outras capacidades existentes a se voltarem para políticas educacionais inclusivas”.

Conquanto, nesse viés é importante afirmar, que perante a construção do ensino inclusivo, na educação infantil tem-se um compromisso essencial com as crianças, e

devem todavia manter o respeito sobre quaisquer tipos de diferenças que envolva preconceitos, como raciais, sociais e religiosos em que cada indivíduo se encaixe, pois os mesmos merecem se sentir acolhidos diante de qualquer distinção, no qual, incorpore um padrão na sociedade. Dentre isso, o artigo 15° da lei LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. fala: a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. Art. 7º, a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Ademais, o fator de conhecimento é saber que possibilitará a extensão e visibilidade dos estudantes, por mais a educação é para o desenvolvimento, onde surgi como forma de transformação em meio de outros bons exemplos. Aliás, a implementação da acessibilidade é uma forma de abranger alcance de espaço com condições fundamentais para a inclusão e enriquecimento da educação democrática. Todavia, assim como afirma a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que assegura meios de unanimidade ao tratamento de pessoas, visando a liberdade e a introdução ao corpo social.

Consoante a Paulo Freire "A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades." Portanto, mediante a regularização do artigo 1° da LDB a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. O artigo 3° visa, que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade, liberdade de aprender, pluralismo de ideias, garantia de padrão de qualidade; valorização do profissional da educação escolar; e outros fatores (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) e (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018). Por mais, logo, entende-se que a educação é essencial em nossas vidas.

Diante desses fatos supracitados, em relação ao contexto, se pode encontrar a exploração de um trabalho de pesquisa com importância no fator da inclusão das crianças com deficiência no Brasil, dando destaque o modo que deve ser empregado a sua participação no meio escolar a parti dos

primeiros anos iniciais (a educação infantil) , todavia, relacionando a atuação dos professores e o resultado dos indivíduos em destaque do estudo, sobre o seu desenvolvimento atual e futuro em relação do seu próprio desejo individual. Assim fazendo pensar, desenvolver e acima de tudo aprenderem a ser elas mesmas.

1. MÉTODO

DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa realizada de abordagem qualitativa se baseou na "Declaração de Salamanca (1994)" como estudo. O documento tem objetivo de ressaltar o campo da educação inclusiva para crianças, onde tem ênfase de declarar independente de suas diferenças e deficiências, que todos têm direito a uma educação de qualidade. Enfatizando o quanto é importante a participação de todos e todas de forma plena e legitima na sociedade, promovendo integridade, oportunidades e igualdade.

2. A APLICAÇÃO DA POLÍTICA E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

No cenário atual é notório, que o Estado procure uma organização e acesso de qualidade ao atendimento especial atuando sob as leis assim como já dito. Nesse caso é importante frisar a principal base de apoio de pesquisa do artigo cientifico – A Declaração de Salamanca elaborada em meados de 1994, na cidade de Salamanca (Espanha), surgiu com intuito de unificar a massa social atendida de suas necessidades, onde a ação reuniu em meio a Conferencia Mundial de Educação Especial votos que reafirmam a educação para todos. Assim, a estrutura da cuja declaração aplica a relação que deve se manter firme, a inclusão. Desse modo, fortalecendo vínculos e criando aprimoramentos a habilidade das crianças

Ademais, mediante ao documento, toda criança tem direito fundamental à educação, com intuito onde possam atingir o meio adequado da aprendizagem, aderindo que cada indivíduo possui a sua exclusividade com relação as suas aquisições e interesses. Essa política é indispensável na modalidade de ensino, pois consoante a Jonh Locker (1681) caso haja a indisponibilidade de uma construção acessiva para as crianças essa conjuntura configura-se como a violação do "Contrato Social" uma vez que a atuação verídica se torna negligenciada, embora os direitos se tornem indispensáveis, como a acessibilidade, nesse caso dando ênfase a educação infantil.

No Brasil, é possível perceber que a visão não é engrandecedora com relação ao movimento de inclusão e participação do portador de deficiência. Porém, é satisfatório saber o muito ao qual se trabalha para essa visibilidade dentro do panorama,

como: o Enap (2018) que surgiu em forma de ampliação de visualidade para pessoas com deficiência, tendo como diretrizes: a independência dos indivíduos, o direito a igualdade e oportunidade, respeito e não descriminação. Desse modo, trazemos esse mesmo olhar para as práticas escolares que não deve ser diferente, pois deve assegurar disponibilidade, adaptações razoáveis, habilidades pedagógicas, e cuidados, alias em suma dessas aplicações não há imbróglios, mas resultados em prol da situação a serem a cada vez mais aderidos.

Independentemente de suas diferenças devemos destacar que, a participação deve ser plena onde não possa haver constrangimentos, entretanto, possa ser sinônimo de acolhimento, tratados de igual para igual. Por isso, é importante destacar que o documento em questão da pesquisa declara:

1 – [..] A Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações do governo e organizações sejam guiados.

2- Proclama-se que:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,

- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,

- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,

- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,

- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

3. PEDIDOS AO GOVERNO

- Atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seussistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas ascrianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.

- Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.

- Desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva.

- Estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.

- Encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais.

- Invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva.

- Garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas.

Nesse caso, a ampliação para os méritos que devem ser alcançados são vastos sob atuação plena dos casos sociais a serem tratados, onde deve transmitir o apoio ético. Conforme o entendido deve visar a solidariedade ao processo educativo, por intermeio de se colocar um no lugar do outro, pois entendo que muitos pais têm insegurança ao deixar seus filhos sob outros cuidados, em meio as suas necessidades. Aliás, a infância é uma fase delicada de aprendizados onde por muito tem-se um olhar transformador para as crianças dentro da educação. Destarte, é importante pontuar que, a educação inclusiva diferente da educação especial, inclui os mais diversos grupos de sujeitos, dentre eles deficientes visuais, deficientes auditivos, cadeirantes, incapacitados de fala, nanismo, esquizofrenia, deficiência múltipla e outras quais sejam abrangidas para um aprendizado maior.

Ademais, o artigo 5° da " Constituição Federal de 1988" declara – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, onde podemos destacar a liberdade e a igualdade como fatores a serem trabalhados na sociedade. Com isso, O Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001, dá ênfase que a construção de escolas inclusivas devem garantir o atendimento da diversidade humana, no qual se estabeleça objetivos e metas para um sistemas de ensino favorecido.

A garantia das políticas se tornam forte ao ramo das leis decretadas por escrito que vem fomentando a forma de encorajamento na atuação precisa, no qual, deve ter como principal influência a participação de todos. A convenção de Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº3.956/2001, reafirmou, que, todos os indivíduos portadores de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdade fundamentais que as outras pessoas, incluindo o direito de não haver descriminação. A Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, no artigo 59 recomenda métodos, sistemas e atendimentos as suas necessidades. Contudo, seguindo a declaração de Salamanca, as escolas e seus projetos devem acolher todas as crianças independentes de suas condições, os âmbitos devem ser adequados aos seus indivíduo, que nelas são matriculados.

Nessa perspectiva, entendemos que, a participação de crianças com deficiência na educação é fundamental, tendo como alvo a integridade desenvolvida pela educação inclusiva, onde a construção de uma iniciativa das leis tem eficiência e é efetiva por modos de reconhecimento internacional dentro da ampla magnitude, descrita em tais documentos. Dessa forma, percebemos a atuação dita em progresso da Declaração de Salamanca como algo idôneo para todos nós, garantindo benefícios, permanência e autenticidade para o público alvo, mediante a isso fica claro a ideia de Educação Para Todos.

CONCLUSÃO

A inclusão escolar de crianças com deficiência até então apresenta uma realização contínua e prolongada a ser vista. A ideia da educação inclusiva revela uma situação ampla não só para indivíduos portadores de deficiência, mas para todos, pois envolve regras ao qual devemos adotar como respeito a destacar aqueles que mais precisam. Presentemente, não é possível deixar passar despercebido a diversidade da população em meio ao desenvolvimento escolar. Contudo, mediante as circunstâncias apresentadas em leis e documentos que se tornam eficientes para conduzir uma excelente atuação no país, ademais, precisamos desse feitio como fator essencial perante a sociedade. Aliás, caso o Brasil avalizasse com maior realização as situações declaradas, teríamos ênfase no fator inclusivo. Além do mais é inevitável deixa de esclarecer o máximo desenvolvimento e oportunidades que devem ser ofertados.

Ressaltando que é dever das políticas públicas garantir uma matriz, no qual, intervenha e assegure o papel de todos, retirando o plano de segregação que interfere no apoio igualitário de cada indivíduo, e elevando a inclusão. Para isso, é imprescindível o uso da palavra mediante a pratica exercida, todavia, não só em ensino, mas nas particularidades do saber ensinar. Depreende-se, portanto a necessidade de manter consciência na ampla formação do corpo social desde que crianças possam ser inseridas desde já na educação.

Assim podemos considera, a Declaração de Salamanca como um marco na história do desenvolvimento inclusivo com gama nas suas determinações, onde todos os menores podem ser acolhidos

perante a lei. Ainda levando em conta fatores contra o preconceito, tendo convicção concreta dentro do plano político e pedagógico efetivando a perspectiva interdisciplinar para todos. Portanto, efetivando o processo de inclusão, no que se possa acontecer de fato.

REFERENCIAS

COLLOR, Fernando. Presidência da República Casa Civil: LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.. Planalto, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 17 jul. 2023.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia . Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. scielo, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/WGGRRYtXpZDHDNmM6XXhGzf/. Acesso em: 15 jul. 2023.

GUIMARÃES, Ulysses. Presidência da República Casa Civil: CONSTITUIÇÃO DE 1988 DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. pLANALTO, 1988. Disponível em: https://constituicao.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-parte-1-titulo-2-capitulo-1-artigo-5#:~:text=Art.%205%C2%BA%20Todos%20s%C3%A3o%20iguais,69. Acesso em: 15 jul. 2023.

CARDODO, Fernando Henrique. Presidência da República Casa Civil: LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.. Planalto, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.

CORDÃO , Francisco Aparecido . Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Portal MEC, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

ARAUJO, Eliece Helena. ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA FACULDADE DE DIREITO DA UFBA. Repositório Institucional da UFPB, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/20772/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O-ELIECE%20HELENA%20SANTOS%20ARAUJO%202.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.

MAZZOTTA, Marcos José; D'ANTINO, Maria Eloísa. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. scielo, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/mKFs9J9rSbZZ5hr65TFSs5H/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 10 jul. 2023.

COM PROGRAMA de Inclusão, Enap busca ampliar a visibilidade das pessoas com deficiência. ENAP, 2018. Disponível em: https://www.enap.gov.br/pt/acontece/noticias/com-programa-de-inclusao-enap-busca-ampliar-a-visibilidade-das-pessoas-com-deficiencia. Acesso em: 06 jul. 2023.

MAZZOTTA, Marcos José Da Silveira et al. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Portal MEC, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 06 jul. 2023.

DUTRA, Claudia Pereira et al. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Portal MEC, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em: 08 jul. 2023.

SANTANA, Beatriz. Citações sobre inclusão social para usar na redação. Estratégia Vestibulares, 2023. Disponível em: https://vestibulares.estrategia.com/portal/materias/redacao/9-citacoes-sobre-inclusao-social-para-usar-na-redacao/. Acesso em: 24 jun. 2023.

GUIMARÃES, Ulysses. Presidência da República Casa Civil: CONSTITUIÇÃO DE 1988 DOS DIREITOS SOCIAIS. **Planalto,** 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 jun. 2023.

INCLUSÃO E Exclusão. Clinica Eureka, 2023. Disponível em: https://clinicaeureka.com.br/inclusao_exclusao/. Acesso em: 15 jun. 2023.

PORFíRIO, Francisco. "Inclusão social"; *Brasil Escola*. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/educacao/inclusao-social.htm. Acesso em 18 Jun. 2023.

SILVA, Maria Angela. EDUCAÇÃO INCLUSIVA DOS CADEIRANTES: Um estudo de caso em uma Escola de Igarapé-Açu. UFRA, 2015. Disponível em: http://bdta.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/501/3/EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA%20DOS%20CADEIRANTES.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

MELO, Francisco Ricardo; FERREIRA, Caline Cristine. O cuidar do aluno com deficiência física na educação infantil sob a ótica das professoras. Scielo, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/fDGBRWThcds3fgVdQXp3bDN/?lang=pt. Acesso em: 20 jun. 2023.

GRIBOSKI, Cláudia Maffini *et al*. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais DEFICIÊNCIA FÍSICA. Ministério da educação, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf. Acesso em: 20 Jun. 2023.

A EDUCAÇÃO inclusiva ainda é muitas vezes vista como uma proposta complexa ou difícil de ser abordada: Um novo estudo do IIPE UNESCO destaca que na América Latina existe uma lacuna significativa no acesso à educação de qualidade para crianças e adolescentes com deficiência. Unesco, 2022. Disponível em: https://www.buenosaires.iiep.unesco.org/pt/portal/educacao-inclusiva-ainda-e-muitas-vezes-vista-como-uma-proposta-complexa-ou-dificil-de-ser. Acesso em: 24 jun. 2023.

ROUSSEF, Dilma. Presidência da República Secretaria-Geral. Planalto, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 24 jun. 2023.

SANTOS, Alex Reis; SANTOS, Roberta Gabriele. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA1. **PORTAL FSLF,** *Ano da Publicação.* Disponível em: https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_07.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

O NEGRO NO ENSINO SUPERIOR

Marcos Antonio Lopes Da Silva

RESUMO

Este artigo demonstra o histórico da discriminação racial na sociedade brasileira, verificando-se a dificuldade de inserção do negro e sua ascensão no mercado de trabalho de maior status, chegando a formação educacional dos afrodescendentes, quando observamos que o elemento negro sempre esteve na condição de dominado e que por isso a educação formal se processou de forma intencional, sendo assim distribuída apenas aos indivíduos da classe dominante. Destaca ainda questões relevantes quanto ao sistema de cotas para negros no ensino superior brasileiro, demonstrando até que ponto as cotas resolvem o problema da discriminação racial existente no Brasil, que se apresenta de forma camuflada.

Palavras-Chave: discriminação racial; dificuldade de inserção; elemento negro.

O NEGRO NO ENSINO SUPERIOR

INTRODUÇÃO

Nas civilizações primitivas as relações humanas se manifestavam de forma embrionária e costumeiramente construída por grupos preocupados pela subsistência e regidos por algum tipo de valor mitológico.

No alvorecer da humanidade, a necessidade de sobrevivência impunha maior importância ao grupo do que ao indivíduo, visto a fragilidade do homem ante a uma natureza exuberante que permitia somente a evolução e o desenvolvimento dos mais fortes e capazes.

Durkhein (1912) afirma que o fenômeno social é externo às consciências individuais, pois exerce poder de coerção sobre os indivíduos e apresenta-se difundido dentro do grupo. Dentro deste princípio ele estabelece que as estruturas de cada sociedade se diferenciam entre si em continuidade histórica.

O grande diferencial histórico da sociedade brasileira, desde a sua descoberta em 1500, foi a introdução da escravatura pelos portugueses que, para cá trouxeram, a ferros, negros africanos para serem utilizados como mão-de-obra escrava em todas as atividades de serviço no período colonial.

Freyre (2000) em seu livro casa-grande e senzala conseguiu produzir um dos mais profundos estudos sobre a origem do povo brasileiro, suas mazelas e virtudes. Entretanto, não poupou fundadas críticas a inúmeros intérpretes da nossa civilização que, atribuíam ao negro, em especial às pretas e mulatas, o maior torpe dos comportamentos e baixeza moral, em uma nítida interpretação discriminatória que, exaltavam os valores superiores da raça branca comparando-os com as inferiores tradições da raça negra, justificando assim, as barbaridades cometidas durante a escravidão do negro no Brasil. A mesma linha de raciocínio discriminatório, foi seguida na história moderna pelos idealizadores do nazismo e do fascismo.

A formação da nossa sociedade não foi passiva, foi traumática e direcionada por fatores internos e externos de expropriação econômica em que, os índios foram submetidos a massacres e os remanescentes subjugados e obrigados ao trabalho escravo, e, os negros, que desalojados dos seus rincões pátrios eram vendidos aos traficantes como se fossem gado e utilizados de diversas formas, como braço escravo, como mães de leite e até nas alcovas de seus senhores de forma servil e humilhantes.

A visão elitista da historiografia clássica brasileira é responsável por falsas afirmações que resultaram e resultam em

interpretações absolutamente distorcidas sobre o processo histórico brasileiro. E no que diz respeito à presença do negro nesse processo, aí, então, o falseamento ideológico faz presença vigorosa.

A história não é privilégio exclusivo da elite e seus heróis. Seu dinamismo inclui a participação de todos os grupos sociais. Ao branco, ao negro e ao índio, e não apenas a um grupo social em especial, devemos a formação da civilização brasileira que cresceu, principalmente, à custa da exploração do trabalho escravo africano na empresa açucareira, na mineração e na lavoura cafeeira. Isto não pode ser negado. É histórico.

A **miscigenação** ou **mestiçagem** consistem na mistura de raças, de povos e de diferentes etnias. Assim, multirraciais ou mestiças são as pessoas que não são descendentes de uma única origem. Essas pessoas possuem características de cada uma das raças de que descendem. Pela categorização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Brasil, existem terminologias antigas para especificar a mestiçagem: **mulatos** para descendentes de brancos e pretos; **caboclos, mamelucos e cariboca ou curiboca** para descendentes de brancos e indígenas; **cafuzos** para descendentes de indígenas e pretos; e **juçara** *para descendentes de* brancos, indígenas e pretos.

A história do Brasil é, em grande parte, a história da luta do negro pela liberdade. Luta esta que se expressou em diferentes momentos e formas. E ainda se expressa, pois, estamos a pouco mais de um século da Lei Áurea (13-5-1988) e o negro brasileiro continua lutando em busca da plena afirmação de sua identidade. Desde o primórdio da nossa história o negro reagiu à escravidão. Suicidando-se para não ser escravo. Matando capatazes, capitão-do-mato e alguns senhores. As negras procurando não engravidar e, quando grávidas, provocando o aborto, preferindo, assim, matar os filhos a vê-los escravizados.

A abolição da escravatura no Brasil foi um processo lento e gradual, onde envolveu toda a sociedade brasileira e que a princesa Isabel não pode ser considerada como “redentora”, pois, só assinou a Lei Áurea, devido o crescimento da pressão abolicionista, que exigia o fim da escravidão no Brasil.

Silva (1992) no processo abolicionista, não se pode omitir a participação das diferentes camadas sociais. Do negro, como principal interessado, de alguns intelectuais que colocaram suas penas a serviço da liberdade, gritando em prosa e verso contra o que julgavam ser a humilhação maior, e principalmente da aristocracia cafeeira interessada em substituir plena e definitivamente em suas fazendas a mão-

de-obra escrava, pouco produtiva e prejudicial, pelo branco assalariado, mais dinâmico e interessado e consequentemente, mais produtivo e rentável.

Também não se pode deixar de ressaltar as pressões da burguesia industrial, notadamente a inglesa, que desde meados do século XVIII pregava a incompatibilidade da escravidão, e que o negro deveria ser livre para se transformar em mercado consumidor dos seus produtos. Cem anos depois, boa parte da intelectualidade negra brasileira se envolve numa discussão sobre o que é mais importante para a memória dos negros no país: a data da assinatura da Lei Áurea, ou a da morte de Zumbi, o herói dos palmares (20-11-1695). O debate é relevante, e que o enfoque não resulta em mudanças comportamentais da sociedade brasileira e não acelera a integração do negro.

A Lei Áurea verdadeiramente apenas legitimou a libertação do negro. Seus idealizadores, não cogitaram sobre sua integração, tanto é que não foram criadas, nem por aqueles e nem pelos dirigentes republicanos, as condições necessárias para que o negro saísse da subumanidade em que se encontrava. A luta foi e continua árdua. O negro permanece livre e marginalizado, livre e desqualificado como mão-de-obra, livre e desempregado, livre e espezinhado em sua dignidade por forças verticais, humilhado e ofendido, sem emprego e sem possibilidade de estudar e viver decentemente, o negro não pode se preparar profissionalmente e qualificar-se para concorrer no mercado de trabalho.

Comumente percebe-se situações de discriminação racial, no entanto algumas pessoas fingem não ver e preferem não discutir. O racismo é a forma mais clara de discriminação na sociedade brasileira, apesar de não admitir o brasileiro seu preconceito. O brasileiro tem dificuldade de assumir o racismo devido ao processo de convivência cordial.

Kenski (2003) o racismo tem motivos bastante práticos, é um sistema de levar vantagens sobre outras pessoas e manter privilégios.

A discriminação racial está espalhada pelo Brasil. Escola, mídia e mercado de trabalho apresentam um modelo branco de valorização. O acesso aos espaços políticos, aos bens sociais, à produção do pensamento, a riqueza, tem sido determinado pela lógica escravocrata. O espaço negro é reduzido. O negro é discriminado e não é reconhecido em suas atividades.

O NEGRO E O PROCESSO EDUCACIONAL BRASILEIRO

No colonialismo cultural no Brasil, desde seu início, houve instauração das relações entre conquistados e

conquistadores, dominados e dominadores, estabelecendo um tipo de relação correspondente ao do senhor e do escravo, onde o colonizador é sujeito, ao passo que o colonizado é objeto; o primeiro é titular de direitos e privilégios, o segundo só tem obrigações e deveres.

Cotrim (1998), no inicio da colonização, o negro e o índio foram desprezados pelo branco europeu, que considerava a cultura e os valores desses povos como manifestações inferiores de gente bestial.

A educação brasileira evolui em rupturas, durante o processo educacional, onde a primeira ruptura foi com a chegada dos portugueses ao Brasil, trazendo um padrão de educação próprio da Europa.

Pilleti (1996) as populações que por aqui viviam já não possuíam características próprias de se fazer educação, pois, a educação que se praticava entre as populações indígenas não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu.

A sociedade brasileira deve tanto ao negro, quanto ao índio a revalorização do seu passado histórico e o reconhecimento da sua importância como agentes nas principais transformações ocorridas no Brasil.

Quando os jesuítas chegaram ao Brasil, eles não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade europeia; trouxeram também os métodos pedagógicos. Estes métodos funcionavam de forma absoluta, até quando uma nova ruptura marca a história da educação no Brasil: a expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal. [1]

A vinda da família real permitiu uma nova ruptura, porém, não conseguiu implantar de imediato um sistema educacional que beneficiasse a todos nas terras brasileiras.

O pouco interesse dos governantes em proporcionar uma educação escolar eficaz, pesa contra a formação do brasileiro. O fato de que as famílias mais pobres não põem seus filhos na escola ou, quando põem, logo os retiram dela, porque as crianças precisam trabalhar para ajudar no orçamento familiar.

A evasão escolar é uma realidade assustadora no Brasil. E ela não atinge apenas as crianças negras e mestiças, vítimas da discriminação racial, mas, também as brancas pobres, pois, todas são vítimas da discriminação social.

A educação no período colonial refletiu na organização de uma sociedade dominada e dominadora, onde somente os componentes das hierarquias: eclesiásticas e a oficial, como padres e funcionários, constituíam a classe necessitada de educação escolar. Índios e negros ficavam sem a devida educação escolar, pois, eram

tidos como peças fundamentais para o sustentáculo da classe dominante.

Toda a educação se resumia na formação do clero e dos letrados que exigisse a sociedade colonial, sendo que a educação superior foi negada à colônia e confiada às universidades metropolitanas, onde os jesuítas também dominavam.

A educação formal se processou de forma intencional na sociedade brasileira, onde foi distribuída apenas aos indivíduos reputados, como por exemplo, os filhos dos senhores de engenho, que estavam dentro das necessidades da sociedade constituída. No período colonial a educação formal era para poucos, visando treinar certos indivíduos para certas posições e ocupações na sociedade.

1 – Sebastião José de Carvalho e Melo

Hollnda (2000) a educação formal e anticientífica, a cargos dos jesuítas, influiu, em dúvida, na péssima administração do país, no mau aproveitamento de nossas terras e riquezas. Se, de um lado, tínhamos a capacidade de uma metrópole mal administrada com vista aos lucros imediatos, de outro, não contávamos, no Brasil, com uma elite capaz de se opor a essa política e de preconizar medidas mais justas, amplamente conhecidas na Europa daquela época.

Os inconvenientes do ensino jesuíta encontravam-se, principalmente, no fato de que sua preocupação não era propriamente a educação, mas a difusão de um credo religioso. A orientação do ensino caracterizava-se pelo dogmatismo[2] e pela abstração[3], afastando os jovens dos verdadeiros problemas brasileiros. Quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, a obra que pretendiam realizar estava praticamente consolidada: o país estava unido em torno de uma mesma fé, sob uma mesma coroa.

A educação antes confiada quase exclusivamente à Igreja passa a partir de Pombal a ser organizada e mantida pelo Estado. Um ensino precário foi assegurado. De maneira irregular, por ordens religiosas e por leigos. A unidade administrativa escolar não foi alcançada, por falta de bases materiais e culturais.

Hollanda (2000) o ensino de nível médio, despareceu com o sistema, foi substituído, de maneira irregular, pelas aulas régias, cuja única vantagem, com a quebra da uniformidade dogmática dos colégios jesuítas, foi à introdução de novas matérias, até então completamente ignoradas: línguas vivas, matemática, física, ciências naturais, etc.

A educação jesuítica não convinha aos interesses comerciais de Pombal, ou seja, se as escolas da Companhia de Jesus

tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal organizou a escola para servir aos interesses do Estado.

A reforma pombalina primou pela tentativa de incluir na educação brasileira o caráter crítico, racional e artístico do Iluminismo, teve por objetivo criar uma escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido ao invés de preconizar uma política de difusão interna e externa de trabalho escolar, Pombal encontrou uma solução paliativa para o ensino na Colônia, através das aulas régias. Essas aulas deveriam suprir as disciplinas oferecidas nos extintos colégios jesuíticas.

A elite intelectual era distanciada do povo e vinculada aos interesses das classes a que pertenciam, não tinha condições de promover movimentos libertadores de grande alcance, com o apoio e repercussão populares.

A história da independência política do Brasil teve como marco a vinda da família real portuguesa para o nosso país. ***De acordo com Cotrin (1998), com esse episódio D. João precisou organizar em nosso país toda uma estrutura administrativa e cultural como: imprensa, ensino militar, médico, técnico e das artes.***

3 – Permite isolar elementos da realidade e trata-los em separados, sensorial ou conceitualmente.

Posso destacar que todas as realizações culturais promovidas por D. João seguiam a mesma linha de tradição histórica, consistindo em oferecer cultura e educação apenas para a elite aristocrática, revelando total desprezo pela formação educacional do povo, principalmente aos pobres e negros.

Vários fatores contribuíram para transição da condição de Império para a República, onde ocorreram profundas transformações na sociedade brasileira, desencadeadas nas últimas décadas do Império.

A educação por sua vez se encontrava influenciada nesta época por dois movimentos ideológicos desenvolvidos por intelectuais das classes dominantes. Esses movimentos denominados de “entusiasmos pela educação” e “otimismo pedagógico”, significaram a evolução das ideias pedagógicas na primeira República.

Enquanto o entusiasmo pela educação tinha caráter quantitativo, ou seja, em última instância resumiu-se na ideia de expansão da rede escolar e na tarefa de desanalfabetização do povo. O otimismo pedagógico insistiu na otimização do ensino, ou seja, na melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar,

---

2 – Adesão irrestrita e não crítica a princípios ou ideias tida como indiscutíveis.

caracterizando-se por sua ênfase aos aspectos qualitativos da problemática educacional.

Neste período, devido ao advento da república, assim como a urbanização do país, criaram novas necessidades para a população, sendo a escolarização uma meta almejada pelas famílias que viam nas carreiras burocráticas e intelectuais um caminho mais promissor para seus filhos, aumentando a necessidade da expansão escolar.

Romanelli (1993) o quadro educacional não diferia do período Imperial. Os recentes estados brasileiros eram desiguais educacionalmente, consequência da desregulamentação educacional iniciada na Constituição de 1823. As escolas públicas existentes nas cidades eram frequentadas pelos filhos das famílias de classe média. Os ricos contratavam preceptores, geralmente estrangeiros, que ministravam aos filhos o ensino em casa ou em colégios particulares.

As elites não só enviavam seus filhos aos colégios particulares, como também utilizam o Estado para criar uma rede de ensino público que os atendesse. Assim, muitas das reformas da legislação do ensino provindas do governo federal priorizavam o ensino secundário e superior.

COTAS PARA NEGROS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

A partir da década de 1990, com a implantação de ações afirmativas, gradativamente se observa um novo desenho da política de educação superior, com o acesso de outro perfil de ingressantes, que em sua maioria eram a primeira geração de sua família a ingressar no ensino superior, pois a ausência de políticas de promoção de igualdade racial inviabilizava a entrada de jovens negros na universidade.

O Brasil das ruas é, em grande parte, negro ou pardo. O Brasil das universidades era quase que integralmente branco e para tentar reverter esse quadro os movimentos sociais, em especial do movimento negro, na década de 1990 pressionaram o Estado Brasileiro para que implantasse políticas públicas afirmativas, com programas específicos, visando ao acesso de estudantes negros, indígenas e egressos de escolas públicas.

A denominada Lei de Cotas, nº 12.711/2012, sancionada em 29 de agosto de 2012, prevê a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior (IFES) aos estudantes de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas. Foi estabelecido o percentual de 20% (vinte por cento) para cada curso, ou seja, determinando o número de vagas.

Num exemplo hipotético, o sistema de cotas funcionará assim: se uma faculdade de medicina tem cem vagas, mil candidatos, duzentos dos quais são negros, e comprometeu-se com uma cota de 20%, no exame vestibular da universidade, a nota de corte para medicina está em 3.500 pontos, e 25 negros conseguem batê-la, cinco ficarão fora, mesmo se eles tivessem ultrapassado a barreira, para garantir vaga, um estudante precisa se classificar entre os cem primeiros candidatos.

Desta maneira o sistema irá excluir os negros que conseguiram atingir a nota de corte, acima do percentual estabelecido, porém, o sistema não aponta soluções imediatas a não ser de ficar fora, o que irá provocar descontentamentos por parte desses negros, pardos e índios, que de certa forma permanecerão excluídos e discriminados.

De acordo com Ristoff (2013) apesar dos avanços nos últimos anos, o campus brasileiro continua sendo um espelho que distorce a sociedade. Números analisados e contas feitas, a conclusão a que se chega é uma só: os cursos de graduação hipertrofiam, no campus, as desigualdades existentes.

É louvável que se procure minorar os estragos causados por séculos de racismo e discriminações, mas, as cotas do jeito como estão estipuladas não é a melhor forma de fazer isso. Na verdade, trata-se de um regime que cria uma nova forma de discriminação, ou seja, a discriminação contra o mérito.

O sistema de garantia de cotas, é, como pode ser comprovado por simples inferência de um sistema racista, diz que o critério a ser utilizado para o preenchimento das vagas de uma universidade é a raça, então o sistema é racista?

Os avanços da implantação do sistema de cotas amenizam o problema da exclusão dos negros nas universidades, mas, não escondem o fato de que existe enorme desigualdade racial no Brasil. Ainda, falta muita para que as salas das universidades, os cargos de chefia e os postos públicos mais cobiçados sejam preenchidos de forma equilibrada entre brancos e negros.

O sistema de cotas é um paliativo, que pode até ajudar aos negros e pardos, mas, não resolverá a questão da inserção do negro na sociedade. O que precisa acontecer no Brasil é a recuperação das escolas públicas, sem isso, não haverá sistema de cotas que resolva.

De acordo com Paiva (2013) ainda alimentada pela ideia do perigo de estar racializando uma sociedade que nunca teve o fator racial como critério para a diferenciação de sua sociabilidade.

Com a implantação de cotas para negros e pardos nas universidades, poderemos ter apenas uma maneira de

discriminar as pessoas pela cor da pele, atualmente o que se quer é igualar as pessoas, e não as julgar por serem desse ou daquele jeito.

O modelo atual da política de cotas de acesso à universidade pode fazer com que o potencial do indivíduo beneficiado, fique em segundo plano em função dos aspectos emocionais decorrentes de uma política que mais discrimina do que iguala. Determinar acesso à universidade pelo critério da cor e não pelos próprios méritos é um modelo de busca de igualdade equivocado, pois, incentiva ainda mais a discriminação racial contra as pessoas negras ou pardas.

Precisamos de mudanças profundas e não paliativos. Oferecer as condições para que todos, desde crianças, possam desenvolver seus recursos internos, intelectuais e emocionais para aprender a pensar, a questionar, a lutar para a realização de projetos pessoais, considerando possível a ocupação de posições de relevância na sociedade, deve ser a proposta. Tentar essa distorção através de políticas de favorecimento não é o melhor caminho.

As políticas afirmativas são, pois, medidas voltadas para a correção das de desigualdades e garantia de direitos, ou seja, visa garantir a grupos excluídos meios e oportunidade de participação em todos os setores da sociedade. ***De acordo com Jaccoud e Beghin (2002) as ações afirmativas são políticas que: Têm por objetivo garantir a oportunidade de acesso dos grupos discriminados, ampliando sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social.***

É pertinente ressaltar que as ações afirmativas não se restringem à reserva de vagas por meio do sistema de cotas raciais ou sociais nas universidades, conforme o entendimento mais comum na sociedade.

Atitudes superprotetoras só favorecem a insegurança e o sentimento de desvalorização. Por exemplo: como uma pessoa negra ou parda, que foi favorecida, irá lidar emocionalmente com possíveis sentimentos de vergonha e de constrangimento por sentir-se inferiorizada dentro da sociedade e como o medo de ser discriminada pelos colegas por ter sido beneficiada? Como se sentir igual como indivíduo, colega, cidadão, se a pessoa está consciente de que seu ingresso na universidade foi facilitado por sua cor ou declaração de cor e não por sua inteligência e capacidade intelectual? Reconhece-se a urgência do resgate de uma posição de igualdade e importância para o negro e para os discriminados dentro da sociedade, mas, questiona-se também se a política de cotas é uma proposta justa.

O que a prática já nos confirma é que a medida reforça ainda mais o preconceito,

o sentimento de menosprezo e a rivalidade entre os jovens. Por que alguém precisaria ter acesso facilitado se não possui menos recursos intelectuais? Por que negros e pardos que conseguem ter acesso a escolas particulares são beneficiados? Como jovens que conseguiram uma pontuação alta, por seus próprios esforços, podem aceitar a perda de suas vagas apenas pelo critério da cor? O critério da cor da pele não se torna então um fator desagregador e gerador de mais conflitos, uma vez que ele é colocado acima do critério da competência?

Um caminho justo para garantir a todos o acesso às escolas públicas e universidades, seria eliminar a diferença de qualidade de ensino entre as escolas públicas e privadas. Por que não tornar urgente uma mudança dessa condição investindo no ensino público de qualidade desde a pré-escola? Entrar na universidade é importante, mas, como parte de um processo, e não o seu início ou fechamento.

As cotas é um grande equivoco para negros nas universidades brasileiras, que tem por objetivo apenas resolver uma injustiça histórica. A universidade não é boa para isso, até porque essa não é sua função. De nada adianta adotar o regime de cotas na universidade, se a escola elementar e a escola média continuarem na indigência em que constitui uma das principais fábricas de injustiça social neste país, e não só de injustiça social.

Os alunos que são barrados no vestibular, nos concursos, não por sua raça, eles o são negros ou brancos, porque não atingem níveis mínimo e básico de conhecimento para ingressar na universidade ou conseguir a vaga nos concursos. Seu destino é decidido na precária escolaridade prévia que os inabilitam para seguirem adiante. A escola deficiente é apenas o reflexo de outras muitas injustiças próprias de um país em que ainda há trabalho escravo. A crônica degradação geral das condições de vida de grande parcela da população não será corrigida com o regime de cotas.

A proposição do regime de cotas é apenas uma indicação dos sintomas de nossas enfermidades sociais, mas, dificilmente será o remédio, enquanto a máquina poderosa de exclusão continuar funcionando e a sociedade e o Estado se mostrarem tão pouco criativos no diagnóstico e na solução.

As oportunidades deveriam ser iguais para todos em sua sociedade. Na realidade a cota que deveria existir, era de respeito entre os cidadãos. E antes de se pensar uma mudança superficial é importante que se faça uma reestruturação de nossa base política, dando oportunidades para todos ascenderem e se realizarem.

Porque se a cota é necessária ela deve ser estendida por outras raças tão discriminadas quanto à negra. Os índios,

por exemplo, com estes a dívida é até mais grave, não foram apenas escravizados, mas, massacrados e os sobreviventes, expulsos de suas terras. Os negros são discriminados, mas, os índios esquecidos.

E o que fazer com os brancos de olhos azuis que vivem à margem da sociedade e não conseguem concluir nem o ensino fundamental? Quando vão ter acesso à universidade se nem tem alimentação do dia? O problema não é mudar a cor das universidades é mudar a educação do país e dar condições sociais a todo cidadão de exercer sua cidadania.

As cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras, estão sendo implantada de forma desordenada, para corrigir as discriminações sociais e raciais sofridas desde a época do Brasil colônia. E o que fazer com os índios, deficientes, lésbicas, homossexuais, doentes mentais, enfim cada segmento da sociedade? Não é segmentando e excluindo que vamos promover a igualdade de direito. O investimento numa educação pública de base para nossas crianças, independente da cor, sexo ou credo, é a principal, e mais eficiente arma contra a desigualdade social.

Luta-se para fazer valer a igualdade preconizada pela Constituição Federal, mas, acaba sempre “metendo os pés pelas mãos”, devemos entender que a pele escura, devido à herança escravagista, dificulta a vida para muitos brasileiros, contudo, não é nas universidades que se deve garantir vaga à classe excluída, deve-se priorizar a educação de base pública com qualidade.

A universidade não consegue corrigir a falha pelos ensinos fundamental e médio público, ou seja, ela traz novos conhecimentos, e não há tempo para revisões. No fim, ninguém garante que uma pessoa que entrou na faculdade através de cotas terá condições de sobreviver no mercado de trabalho, haja vista que o mercado de emprego privado não reserva cotas.

Com o sistema de cotas houve uma separação entre os que ingressaram na universidade pública por capacidade e os que ingressaram por cotas onde aumentou as discriminações preconceituosas. A ideia por trás disso é que pobre, preto ou pardo é burro, devemos ter pena deles. Dando-lhes migalhas não os fará cidadãos mais respeitados, pois, somente a educação de base tem o poder de conceder dignidade ao cidadão.

O sistema de cotas é falho desde o momento da inscrição para o ingresso na universidade, pois, é utilizando o critério da autodeclaração e por isso, uma pessoa de olhos claros e pele branca, pode se declarar como negra e tem suas razões, pois não temos dados científicos que declare realmente quem é e quem não é negro neste país. O Brasil é uma mistura raças, onde a maioria é preconceituosa. E a escola não

pode continuar como veículo da perpetuação da discriminação racial.

No que tange à autodeclaração de pertencimento étnico-racial para ter direito a cotas, verifica-se que essa medida pode resultar em fortalecimento da identidade negra ou em negação ao seu reconhecimento. Esses aspectos apontam para as diferentes formas de atravessamentos identitários que resultam no acesso e na permanência no espaço universitário, que por sua vez não reflete a composição racial da sociedade brasileira, com mais de 50 % (cinquenta por cento) da população declarando-se preta e parda.

Cabe ainda ressaltar que a Lei, ao estabelecer o critério da autodeclaração para pretos e pardos e não prever a adoção de banca verificadora dessa autodeclaração deixou para as instituições buscarem mecanismos para o controle e o acompanhamento de sua aplicação, bem como para a adoção de medidas para coibir possíveis fraudes. No período da implementação da Lei de Cotas, algumas instituições receberam denúncias de fraudes, principalmente nos cursos mais concorridos, entre os quais: medicina, direito e engenharia. A solução foi a implantação de comissões para a verificação da validação da autodeclaração, a fim de coibir farsas, considerando-se que a Lei de Cotas não prevê a banca, mas, indica que em qualquer momento, se houver denúncia o acadêmico poderá ser desligado do curso.

CONCLUSÃO

Com esse estudo foi analisado de forma mais profunda a questão do racismo brasileiro, com suas particularidades mais intrínsecas e também foi adquirido conhecimento das atitudes e projetos desenvolvidos pelo governo, como o sistema de cotas para negros no ensino superior, com o compromisso de amenizar a dívida histórica do Brasil com os negros. As cotas reforçarão ainda mais o preconceito, o sentimento de menosprezo e rivalidade entre os jovens que buscam seu lugar na universidade e no mercado de trabalho.

As raças são discursos construídos socialmente e foram fundadas como categoria de classificação social com vistas a legitimar a hierarquização no contexto de formação do capitalismo colonial moderno. Na história do Brasil, raça designou as funções exercidas por cada estrato social durante o colonialismo. Essa forma de controle do poder não foi rompida após a abolição, e os imaginários que se estabeleceram em torno à classificação racial, continuam a pautar as relações sociais. A pertença à raça negra ainda impõe aos sujeitos à espaços subalternos na sociedade, dessa maneira, o signo da raça

negra continua ausente ou sub-representado em determinados espaços.

O mito da miscigenação racial e a tentativa de negar o preconceito racial por meio da negação da raça não proporcionaram uma mudança nas relações sociais embasadas no racismo, ao contrário, ofuscaram essa realidade, por isso, a categoria raça, hoje é reivindicada para acionar identidades e combater representações racistas existentes na sociedade.

A abolição da escravatura, fruto do interesse burguês, pôs no mercado de trabalho a mão-de-obra não especializada do negro. Isso contribui para a gradativa subvalorização de seu grupo racial ao longo da história, o que reflete no mercado de trabalho atual. Este se apresenta camufladamente racista e excludente.

As políticas afirmativas em curso na educação superior possibilitam o acesso da população negra à universidade, porém ainda apresentando inúmeros desafios para a permanência e o êxito acadêmico. Entre esses tantos aspectos, encontra-se a possibilidade de os jovens negros fortalecem seu pertencimento étnico-racial em um espaço historicamente homogêneo, no qual a diversidade cultural e racial antes não se fazia presente.

O critério racial adotado não existe biologicamente, visto que todos os seres humanos têm genótipos iguais, independentes da cor da pele. Como contra-argumento, defensores das cotas afirmam que o fenótipo das pessoas negras coloca-as na condição de exclusão por conta do etnocentrismo histórico.

As cotas raciais criam uma distinção que subjuga a capacidade das pessoas negras. Como contra-argumento, os defensores das cotas afirmam que, em um primeiro momento, é necessário esse tratamento desigual para que se inicie um processo de inclusão das populações vulneráveis, que, por questões sociais, não têm acesso a muitos espaços e serviços públicos.

As cotas ferem o princípio da meritocracia, colocando alguém com uma pontuação menor em vantagem em relação a alguém com uma pontuação maior. Como contra-argumento favorável às cotas, dizem que é impossível estabelecer um sistema meritocrático justo em um lugar onde não há igualdade de oportunidades.

Não se deveria pensar em cota, mas em melhorar o sistema de educação básica público, dando a todos as mesmas chances de ingressar na universidade. Como contra-argumento, os favoráveis às cotas dizem que as ações afirmativas são uma primeira resolução do problema, que deve estar acompanhada de investimentos na educação básica pública, para que, futuramente, com uma educação básica de qualidade e pessoas

negras inseridas no ensino superior, as cotas não sejam mais necessárias.

Portanto, conclui-se que enquanto não existirem razões realmente capazes de justificar as cotas raciais no Brasil perante o princípio da igualdade, fica valendo a já referida máxima formulada pelo jurista alemão ***Robert Alexy: "se não houver uma razão suficiente para a permissibilidade de um tratamento desigual, então, o tratamento igual é obrigatório" (ALEXY, p. 408)***

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. 2 ed. Tradução Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2012.

COTRIM, Gilberto. **História da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva 1998.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. Disponível em: http:// www.sociologiapuc.hpg.ig.com.br/emileb. html. Acesso em: 01 de agosto de 2023.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. **O Brasil Monárquico: Declínio e Queda do Império**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

KENSKI, Rafael. **Vencendo na Raça**. Super Interessante, São Paulo, ano 1907, n. 187, p 42-50, abril. 2003.

JACCOUD, L.; BEGHIM, N. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília, DF: IPEA, 2002.

PAIVA, A. R. **Ação afirmativa: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

PILLETI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

RISTOFF, D. Perfil **socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do ENANDE (2004-2009)**. Cadernos do GEA, Rio de Janeiro: FLACSO, v. 2, n. 4, p. 1-36, jul./dez. 2013.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**: 1930/1973. 15ª ed. São Paulo: Vozes, 1993.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992.

Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

SÍNDROME DE TOURETTE E RELATO DE CASOS RELATADOS PELA EXPERIÊNCIA EM SALA DE AULA

Rosatrícia da Silva Moura

RESUMO

A Síndrome de Tourette (ST), outrora considerada rara - apenas uma curiosidade da autora - tem sido alvo de crescente relevância nas práticas abordadas abaixo. Associando-se ao Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC), integra-se ao "Espectro Obsessivo-Compulsivo", despertando o interesse de centros de pesquisa. Este trabalho busca aprofundar sobre o tema. Aborda o transtorno. Foram e relatados em sala de aulas com outros profissionais que estavam fazendo um levantamento para as descobertas, na escola e são da saúde. Um caso pela autora de TOC e Transtornos Relacionados: um caso clássico, peculiaridades da ST em um portador de retardo mental e um caso de Tourettismo.

PERSPECTIVA

A patologia que atualmente conhecemos como Síndrome de Gilles de la Tourette (ST) foi inicialmente descrita pelo médico francês Jean Marie Itard, em 1825. Relatou o caso de uma nobre francesa, a Marquesa de Dampièrre, desde os seus sete anos portadora de tiques corporais persistentes. Emitia sons semelhantes a latidos, além de proferir obscenidades que a forçaram a viver reclusa pela maior parte de sua vida.

Posteriormente, em 1873, Trousseau descreveu tiques motores, vocalizações bizarras e palilalia como sintomas integrantes da doença, então denominada "maladie des tics". George Beard, em 1881, relatou os casos dos "Franceses saltitantes de Maine", doentes portadores de ecolalia e reações de sobressalto exageradas.

Foi em 1884 que George Gilles de la Tourette, interno de Charcot no Hospital de la Salpêtrière, descreveu mais oito casos de tiques múltiplos, coprolalia e ecolalia. Retomou os casos descritos anteriormente por Itard e Beard, considerando-os integrantes da mesma síndrome. Charcot, premiando a brilhante contribuição, conferiu o epônimo de Gilles de la Tourette à doença dos tiques.

Entre outubro de 1885 e março de 1886, Freud freqüentou a enfermaria de Charcot naquele hospital. Relatou que "as coréias e as diversas formas de tiques (por exemplo, a doença de Gilles de la Tourette) estavam recebendo atenção especial durante a época em que freqüentei aquele serviço". Acrescentou ainda que "Charcot considerava existirem dois tipos de tiques: o verdadeiro ou neurológico e o histérico. A diferença entre eles é que os verdadeiros são permanentes, enquanto os histéricos desaparecem mais cedo ou mais tarde".

Ao final do século XIX e início do XX, com o advento da psicanálise, foram elaboradas hipóteses psicogênicas para a ST. Estas permaneceram em voga até que os avanços da psicofarmacologia, na década de 50, permitiram a elaboração de hipóteses biológicas.

Recentemente tem havido crescente interesse pela doença e vários estudos vêm sendo desenvolvidos, alguns de natureza histórica - tentativa de identificar personalidades famosas como portadores da Síndrome (Mozart, um irmão de Tolstoy, e até mesmo Ana Freud) -, outros de natureza neurológica e/ou psiquiátrica.2,5 Esse interesse deve-se ao fato de que a ST tem se mostrado muito frequente. Depois, desperta curiosidade pela alta comorbidade com o Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC) e com o Transtorno de Hiperatividade com Déficit de Atenção, levando a um questionamento sobre uma possível base neurobiológica comum. Além do mais, trata-se de uma doença grave, muitas vezes

com grande comprometimento psicossocial, causando intenso sofrimento aos portadores e seus familiares.

Durante muito tempo a ST foi considerada não como um distúrbio, mas como "um jeito meio nervoso de ser". Assim, o objetivo deste trabalho é divulgar a existência desse transtorno, tão pouco conhecido pelos profissionais de saúde, subdiagnosticado, alertando para as possibilidades de tratamento.

Muito tempo se passou até que a psiquiatria pudesse elaborar melhores conceitos sobre o tema.

De acordo com o DSM-IV8, tiques são movimentos involuntários, súbitos, rápidos, recorrentes, não rítmicos e estereotipados. Aparecem também na forma de vocalizações. Ocorrem de forma contínua ou em acessos. Às vezes são precedidos por uma sensação desconfortável, chamada de sensação premonitória e frequentemente seguidos por uma sensação de alívio. Geralmente desaparecem durante o sono e diminuem quando da ingestão de álcool e durante atividades que exijam concentração. Ao contrário, são exacerbados pelo estresse, fadiga, ansiedade e excitação. Podem ser suprimidos pela vontade, mas ao custo de elevada tensão emocional.

Os tiques complexos podem organizar-se e serem ritualizados, o que os torna, às vezes, difíceis de diferenciar das compulsões, que seriam precedidas de fenômenos cognitivos e acompanhados de sinais autonômicos (ansiedade), enquanto os tiques são geralmente precedidos de fenômenos sensoriais (sensações premonitórias) seguidos de alívio.

CLASSIFICAÇÃO DOS TIQUES

A primeira grande classificação dos tiques, de acordo com critérios descritivos, deve ser a de tiques motores e vocais, que por sua vez se subdividem em simples e complexos. Os primeiros envolvem contrações de grupos musculares funcionalmente relacionados, são abruptos, rápidos, repetidos e sem propósito, geralmente percebidos como involuntários.

Os tiques complexos, entretanto, são mais lentos, envolvem grupos musculares não relacionados funcionalmente, podem parecer propositados. De acordo com esse grupo, uma sucessão de tiques simples situa-se no limite entre o que se entende por tique simples e complexo.

Dentre os tiques complexos estão incluídos a ecocinese ou ecopraxia (imitação de gestos realizados por outrem), e a copropraxia (realização de gestos obscenos). Coprolalia e ecolalia são seus equivalentes na linguagem e palilalia, a repetição de sons, sílabas ou palavras.

Os tiques podem ser, ainda, tônicos ou clônicos. Os tônicos ou distônicos são

sustidos, mais lentos, enquanto os outros são breves, súbitos.

Os tiques vocais são sons produzidos pela passagem de ar através do nariz ou boca. Tiques vocais simples são meros sons, enquanto os complexos apresentam significado e incluem coprolalia, palilalia e ecolalia.

Já a Tourette Sindrome Association (TSA), uma entidade norte-americana dedicada ao desenvolvimento de pesquisas e divulgação científica sobre a ST, considera as classificações anteriormente citadas insuficientes. Elaboraram uma versão própria na qual os tiques são considerados como "definidos" ou "históricos", dependendo de terem ou não sido testemunhados por um observador confiável.

A tradução livre dos critérios diagnósticos da TSA referentes à ST é apresentada a seguir:

Por este motivo de tanto se aprofundar no tema, foram escolhidos como referência para o nosso estudo e passam a ser transcritos a seguir:

Transtorno de Tourette

A - Presença de múltiplos tiques motores e um ou mais tiques vocais em algum momento durante a doença, embora não necessariamente ao mesmo tempo (um tique é um movimento ou vocalização súbita, rápida, recorrente, não rítmica e estereotipada).

B - Ocorrência de tiques muitas vezes ao dia (geralmente em ataques), quase todos os dias ou intermitentemente durante um período de mais de um ano, sendo que durante este período jamais houve uma fase livre de tiques superior a três meses consecutivos.

C - Acentuado sofrimento ou prejuízo significativo no funcionamento social, ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo, ocasionados pelo transtorno.

D - O início dá-se antes dos 18 anos de idade.

E - O transtorno não se deve aos efeitos fisiológicos diretos de uma substância (por exemplo, estimulantes) ou a uma condição médica geral (por ex., doença de Huntington ou encefalite pós-viral).

O tique motor ou vocal crônico é semelhante à ST, com a diferença de que os sintomas apresentados são motores ou vocais e nunca ambos estão presentes, ainda que não concomitantes.

No transtorno de tique transitório a patologia ocorre por um mínimo de quatro

semanas e nunca ultrapassa 12 meses consecutivos. Ou seja, a única diferença entre este e a ST é o critério temporal. Existem critérios especificadores quanto ao seu caráter único ou recorrente.

Para aqueles tiques não enquadrados nos critérios anteriores, existe a categoria Transtorno de Tique Sem Outra Especificação. Como exemplo, citaríamos sintomas com início após os 18 anos de idade ou aqueles com duração inferior a quatro meses e, ainda, os casos de tourettismo, que serão abordados posteriormente.

Relato de casos

Caso 1

A., 13 anos, sexo feminino, estudante.

Aos sete anos de idade a paciente passou um período em que, ao andar, ora girava ao redor do seu tronco, ora se agachava. Ao ser acompanhada por uma prima na brincadeira foi repreendida e, aparentemente, abandonou o ato. Posteriormente, passou a realizar gestos obscenos, sendo castigada. Ao que parece, permaneceu assintomática até aproximadamente um ano atrás, quando a genitora percebeu que sua filha repetia palavras que ouvia dos outros (ecolalia) e as próprias palavras (palilalia). Repetia, por exemplo, "trans, trans, trans", " morte, morte, morte".

Depois de um período aproximado de quatro meses, começou a proferir palavras obscenas involuntariamente e fora de qualquer contexto (coprolalia). Posteriormente, passou a apresentar tiques motores simples que foram mudando de localização ao longo do tempo. Apresentou inicialmente movimentos de nariz (torcer o nariz), caretas faciais e levantar dos ombros. Depois, passou a apresentar um tique motor complexo caracterizado por fungar, movimentar os ombros e balançar o tronco em uma seqüência estereotipada e repetitiva a cada dois segundos. Tem ainda história de tiques vocais, como pigarrear e comportamento compulsivo de ordenação. O quadro descrito passou a interferir na sua vida familiar e escolar. Foi repreendida devido à coprolalia e discriminada na escola, tendo recebido o apelido de "tic-tic". Seu rendimento escolar foi comprometido. Tornou-se irritada e desobediente.

Trata-se de um caso clássico de ST com tiques motores e vocais crônicos, incluindo ecolalia, palilalia e coprolalia, que são vistos em apenas um terço dos casos. Apesar das queixas terem surgido há um ano, acreditamos que os primeiros sintomas tenham surgido na infância, por volta dos sete anos. É difícil afirmar com certeza, já que grande parte das crianças normais apresenta comportamentos

obsessivos e rituais durante o período de crescimento, principalmente na faixa etária dos 2 aos 4 anos. Durante o tratamento, segundo a paciênte, a paciente teve a sua menarca e pudemos observar uma leve piora dos sintomas no período pré-menstrual, o que condiz com um caso. A compulsão à ordenação persiste, mas não se trata de um sintoma que interfira no seu cotidiano. Acreditamos que seja apenas um sintoma associado, não constituindo um quadro de TOC. É importante salientar que, sendo o genitor uma pessoa "obsessiva", este seja um traço característico da identificação com a figura paterna.

Podemos pensar que haja uma susceptibilidade familiar à febre reumática que tenha se manifestado na forma de PANDAS na nossa paciente, cócica na história de A. Aliado à presença de prováveis casos de TOC na família paterna, temos um possível caso de ST em um primo da paciente.

Entretanto, é curioso que o aparecimento dos sintomas tenha se dado justamente no período em que o pai teve que se ausentar por alguns meses, a trabalho. Esta ausência pode ter reagudizado os sintomas depressivos maternos. É interessante observar que, enquanto apenas 10% dos casos têm coprolalia, nossa paciente, justamente em um período difícil de seu desenvolvimento, a adolescência, passe a falar palavrões, em um ambiente castrador e severo. Se, por um lado, temos o determinismo genético, de outro lado temos uma jovem portadora de um terreno (emocional) fértil, propício para que esta síndrome genética nele se desenvolva. Uma pessoa, filha de mãe deprimida, ausente, e de um pai castrador, intolerante. Filha de uma família em que foi necessário adoecer para obter a atenção parental.

Caso 2

B., 38 anos, casado, motorista de táxi e aluno.

Há seis meses, ao ser atendido diagnósticado de TOC, o paciente queixava-se do surgimento de tiques. O sintoma apresentado era caracterizado por fechamento do olho esquerdo, com contração da musculatura geniana e elevação da comissura labial ipsilateral. Referia que esse tique vinha prejudicando sua concentração no trânsito, deixando-o ansioso. Apresentava também insônia. Vinha fazendo uso de bromazepam havia seis meses, com melhora parcial da insônia, porém sem melhora dos tiques. Relatava ainda episódios de tensão abdominal e de torção do nariz, além de alteração da linguagem do tipo bloqueio da fala.

Referia ter apresentado comportamento hiperativo na infância. Esta informação foi obtida da sua genitora. Há

sete anos, em um acidente automobilístico, sofreu traumatismo crânio-encefálico, com afundamento do crânio e exposição do seio frontal, sem lesão meníngea. Esteve em coma durante 10 dias, obtendo completa recuperação, com retorno às atividades laborativas. Informava ter um filho hiperativo de cinco anos. Não relatava patologias psiquiátricas em outros membros da família.

O paciente é autônomo, taxista, responsável pelo sustento da esposa e do filho. B tem o segundo grau completo. A esposa não concluiu o ginásio. Sempre foi pai e marido dedicado, até o momento em que, em decorrência dos tiques, passou a "perder o prazer em tudo, até em brincar com o filho".

Exame físico e neurológico sem anormalidades, exceto pela presença dos tiques e do afundamento craniano. EEG, ECG e parecer cardiológico sem alterações.

Visto tratar-se de um caso de ST em um paciente com mais de 18 anos e com história sugestiva de causa orgânica definida (TCE), levantamos a possibilidade do diagnóstico de Tourettismo, embora haja um hiato de sete anos entre o acidente e o início da sintomatologia. No relato de Fahn50, em 1982, o caso de Tourettismo pós-traumático teve início passados dois meses do acidente. Não obstante, não existe na literatura uma definição do tempo necessário entre a causa e o efeito. É óbvio que, quanto menor este intervalo, maior a probabilidade da relação causal. É interessante assinalar o passado de hiperatividade, haja visto a sua associação com a ST em até 50 % dos casos.73 Poderíamos pensar, talvez, que estivéssemos diante de uma verdadeira ST de início tardio.

Caso 3

C., 18 anos, sexo masculino.

O paciente vinha apresentando tiques motores e vocais de progressão rostro-caudal havia três anos. Há um certo tempo sendo acompanhado por um profissional da saúde, foi diagnosticado com TOC. É portador de retardo mental de moderado a grave, segundo sua mãe. Foi exposta a Raio X durante sua gestação. O acompanhamento pré-natal, entretanto, transcorreu sem anormalidades. Até os 12 meses apresentava desenvolvimento neuropsicomotor aparentemente dentro dos padrões de normalidade, quando sofreu um acidente (queda do berço). A genitora não sabe informar a ocorrência de perda da consciência na ocasião. A partir de então perdeu as habilidades adquiridas, como articular palavras curtas: papai, mamãe, bola, água. Tornou-se uma criança inquieta, o que motivou a administração por alguns anos, tendo obtido melhora. A partir dos cinco anos de idade, voltou a pronunciar

algumas palavras. Atualmente, a linguagem é composta de poucos vocábulos simples, ditos com dificuldade. O paciente é totalmente dependente dos cuidados maternos, necessitando de ajuda para a realização das atividades básicas de higiene e alimentação. É sociável e compreende a conversação simples. Frequenta uma escola para excepcionais. Há aproximadamente três anos, quando tinha quatorze anos de idade, passou a apresentar tiques motores e vocais com localização alternante ao longo do tempo. No início, piscava os olhos, pigarreava, mordia os lábios, fazia caretas e esticava a língua, além de elevar o ombro direito. Foi inicialmente tratado numa clínica neurológica,. Apresentava vocalizações repetitivas e estereotipadas, como proferição de ssá-ssá ou nomes próprios, como Ana, que é uma "namorada" da escola.

A genitora referia, além do pré-natal citado anteriormente, história de amigdalites repetidas na infância, embora não tenha sido acometido por febre reumática. Exame neurológico sem alterações, exceto pela presença de tiques e estrabismo divergente. É diabético, compensado apenas com dieta específica. Não foi evidenciada patologia cardíaca. Apresenta exames complementares sem anormalidades (EEG, ECG, tomografia craniana computadorizada).

É o primeiro de uma prole de dois. É de família humilde, vive em uma casa simples, com saneamento básico, dividindo o ambiente familiar com seus pais e uma irmã. Todos se relacionam com C. de modo carinhoso, principalmente o pai, ao qual é muito próximo afetivamente.

Este caso revela como principal dificuldade a caracterização das suas vocalizações como sendo tiques vocais complexos ou estereotipias de linguagem próprias de um portador de retardo mental grave.

O diagnóstico de ST é compatível com os critérios do DSM-IV. Entretanto, a história de múltiplas injúrias sobre seu sistema nervoso central levanta a possibilidade de pensarmos em Tourettismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HANNA GL. Tic disorders. In: Kaplan HI, Sadock BJ, editors. Comprehensive textbook of psychiatry VI. 6th ed. Maryland: Williams and Wilkins; 1995.

FREUD S. Relatório sobre meus estudos em Paris e Berlim (1886). Rio de Janeiro:Ed. Standard Brasileira, Imago Editora ;1980. vol I, p. 39-53.

SANTOS MP. Síndrome de Tourette (ST): uma raridade muito frequente... Inform Psiq 1997;16:14-18.

ROBERTSON MM, Trimble MR, Lees AJ. The Psychopathology of the Gilles de la Tourette Syndrome: a phenomenological analysis. Br J Psychiatry 1988; 152:383-90.

FREUD, S. Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar (1893) (Breuer e Freud). Rio de Janeiro: Imago Editora; 1980.Vol II, p. 177-91.

BARABAS G. Tourettism. Pediatr Ann 1988; 17 Suppl 6:422-23.

LECKMAN J, Scahill L. Possible exacerbation of tics by androgenic steroids. N Eng J Med 1994; 322:1674.

SCHWABE MJ, Konkol RJ. Menstrual cycle-related fluctuations of tics in Tourette Syndrome. Pediatr Neurol 1992; 8 Suppl 1:43-46

Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL X EDUCAÇÃO INFANTIL

Betijane Soares de Barros[1]
Cleidejane Soares de Barros[2]
Andrea Marques Vanderlei Fregadolli[3]

RESUMO

A educação inclusiva no Brasil é um tema de bastante relevância científica. O presente trabalho analisou produções científicas publicadas entre 2018 e 2019, nos sites da BVS, Scielo e Periódicos da Capes, com vista a identificar principais causas dos problemas relacionados à inclusão. Trata-se de uma revisão sistemática integrativa. Os descritores estruturados no DeCS e MeSH. O período de coleta dos dados correu no mês de agosto de 2023. Adotaram-se como critérios de inclusão artigo de científicos. Enquanto os critérios de exclusão foram artigos que não contemplam a temática em educação inclusiva. Espera-se que com novos estudos ocorram um novo olhar direcionado a melhoras para educação inclusiva.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Educação Infantil; Educação.

[1] E-mail: bj-sb@hotmail.com
[2] E-mail: dr.csbarros@hotmail.com
[3] E-mail: deadoutorado@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As mudanças que têm acontecido em relação a educação inclusiva, vem mudando o modo de vermos e trata-la.

Desde o ano de 1975 quando, nos Estados Unidos, nasceu à educação inclusiva, o movimento a respeito da inclusão na educação tem aumentado significativamente. No Brasil, não acontece diferente, busca-se a inclusão de pessoas com necessidades especiais e distúrbios de aprendizagem no ensino regular em todos os graus (TANNÚS-VALADÃO; MENDES, 2018).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) abordou a educação como direito fundamental do ser humano, direito de todos e como dever do Estado e da família. Ao fazer isto, deu a oportunidade a todas aquelas pessoas portadoras de necessidades especiais que estavam excluídas da escolarização, devido ao preconceito que existe em torno delas. Com isso, a Constituição Federal de 1988, exaltou o princípio da igualdade e da dignidade humana (MEDEIROS; BARRERA, 2018).

A partir daí nasceram outras obras legislativas que contribuíram bastante para implementação da educação inclusiva no Brasil, entre elas destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN (Lei n° 9.394/96).

A inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais ou distúrbios de aprendizagem no ensino regular em todos os graus ainda encontra muitos obstáculos no caminho, como a falta de profissionais preparados para receber esses docentes, estrutura física e didática adequada. Mas, o fato de poderem estar participando da escolarização junto com as demais pessoas, de existir essa possibilidade, já é um grande avanço (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019).

A construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc., voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno também de alunos com deficiências, alunos esses que, em virtude de suas particularidades, apresentam necessidades educacionais que são especiais.

Embora, todos os aspectos mencionados sejam fundamentais e estejam atrelados uns aos outros, a ação pedagógica direcionada e intencional contribuirá em muito para a inclusão em seu sentido pleno (NASCIMENTO, 2019).

Segundo Sassaki (1997), a integração e a inclusão são dois processos importantes na busca de uma sociedade inclusiva. Princípio este que leva implícito o conceito de normalidade, destacando que

a normalidade é um conceito relativo sujeito a critérios de tipo estatístico.

Conforme o autor, a integração e a inclusão estão ligadas ao mesmo estilo de vida independente do que aconteça a inclusão do indivíduo na sociedade e para que ocorra tal normalização, ou seja, ele terá vida independente exercendo a cidadania, sendo ele ativo e atuando como cidadão.

É preciso que se pense primeiramente na formação do educador, não como uma formação para a inclusão, pois não há como formar alguém para a diversidade, mas como um indivíduo que possa oferecer a estas crianças suportes para que realmente elas aprendam e, assim, convivam com as outras pessoas sem discriminação, livre do preconceito e sobre tudo que sejam respeitadas suas limitações e o seu tempo de aprendizagem (NASCIMENTO, 2019).

A educação é uma prática social que existe em toda e qualquer sociedade humana, em todos os lugares, desde o momento em que essas sociedades, ao produzirem símbolos e normas, acharam por bem transmitir essa produção às novas gerações. Um erro gravíssimo cometido ao longo da história da humanidade foi o de excluir quem era portador de alguma deficiência física, e isso nas últimas décadas tem sido modificado. A educação com condições dignas de acesso é um direito defendido por lei.

Em 1975 foi elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma resolução: a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovada pela sua assembleia geral. Sendo mundialmente propagada em 1981, quando foi declarado o Ano internacional da Pessoa deficiente (AIPD), tendo como tema “participação e plena igualdade” (BARBOSA, 2006).

Um dos grandes desafios dos educadores brasileiros, nos dias atuais, é a busca de uma educação para todos que respeite a diversidade, as minorias, os direitos humanos, eliminando estereótipos e substituindo o conceito de igualdade pelo de equidade, ou seja, a igualdade de direitos respeitando-se as diferenças (SARDAGNA; FROZZA, 2019).

Como o mundo é regulado por regras, é preciso ter clareza sobre quais são os limites para que a criança especial possa experimentar essas regras, buscando construir com autonomia sua identidade e suas possibilidades de interação com o meio em que está inserida (SARDAGNA; FROZZA, 2019).

As mudanças e as adaptações das práticas educativas existentes são fundamentais para um bom desenvolvimento do trabalho, pois conhecer e tentar entender o mundo no qual o aluno está inserido é o primeiro passo a ser desenvolvido. Proporcionar atividades interessantes que cativem a curiosidade do

aluno, é essencial (VIEIRA; RAMOS; SIMÕES, 2018).

Portanto, são atividades concretas e bem fundamentadas que poderão guiar o professor a desenvolver as capacidades de seus alunos, a partir de uma nova perspectiva em relação ao aluno e a suas diferenças. Isso também fará com que ele venha a ter um melhor desenvolvimento, respeitando sempre suas características e especificidades e o seu tempo de aprendizado (VIEIRA; RAMOS; SIMÕES, 2018).

Com isso, pode-se perceber a importância da ressignificação das práticas educativas para inclusão de todos. O professor deve manter-se em constante atualização para que possa acolher as diversas realidades que chegam à escola, podendo assim adaptar atividades e avaliações de acordo com as especificidades dos alunos (VITALIANO, 2019).

Muito ainda há de ser feito para que a educação inclusiva no Brasil torne- se uma realidade efetiva, mas, apesar de todas as dificuldades, percebe-se uma tendência forte no sentido dessa efetivação no meio acadêmico e cientifico.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão bibliográfica, do tipo sistemática integrativa, que seguiu as próximas etapas (ver Figura 1): definição do tema; seleção da pergunta norteadora e escolha da estratégia de busca; descritores e bases de dados mais eficazes no levantamento das publicações; escolha dos critérios de inclusão e exclusão; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados por meio da leitura dos agentes indexadores das publicações, como resumos, palavras-chave e títulos, bem como a organização dos estudos pré-selecionados e a identificação dos estudos selecionados; categorização dos estudos selecionados, com a elaboração e o uso da matriz de síntese, além da análise das informações; a formação de uma biblioteca individual e a avaliação crítica dos estudos selecionados; análise, interpretação e discussão dos resultados e a apresentação da revisão em formato de artigo, o qual contempla as propostas para estudos futuros.

Quadro 1 – Detalhamento das etapas da Revisão Sistemática Integrativa.

ETAPA	TÓPICOS DE CADA ETAPA	DETALHAMENTO DE CADA TÓPICO		
1ª	**Tema**	Educação Inclusiva no Brasil x Educação Infantil		
	Pergunta norteadora	Quais as principais causas dos problemas da educação inclusiva no Brasil?		
	Objetivo geral	Agregar artigos científicos que mostrem as principais causas dos problemas da educação inclusiva no Brasil.		
	Estratégias de busca	1. Cruzamento de descritores por meio do operador booleano AND; 2. Uso de aspas nos politermos (descritor com mais de um termo) para que a varredura de artigos científicos contemplasse o termo exato; 3. Uso de descritores estruturados (codificação) no DECS ou MESH; 4. Uso de metadados (filtros).		
	Bancos de terminologias	Banco	Link	
		DeSC	http://decs.bvs.br/	
		MeSH	https://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh	
	Descritores livres e estruturados	Descritor	DeSC (Registro)	MeSH (Identificador Único)
		Educação Inclusiva	2719	D002668
		Educação Infantil	-	-
	String de busca	"Educação Inclusiva" AND Educação Infantil		
	Sites	Link		
		BVS Scielo Periódicos Capes	https://bvsalud.org/ https://search.scielo.org/ https://www.periodicos.capes.gov.br/	
2ª	**Período de coleta dos dados**	Agosto de 2023		
	Critérios de inclusão	1. Artigo Científicos. 2. Publicação (2018-2019).		
	Critérios de exclusão	1. Artigos que não contemplam a temática.		
3ª	**Número de trabalhos selecionados para revisão sistemática integrativa a partir da leitura dos agentes indexadores das publicações (tema, descrição, ementa).**	5		
4ª	**Categorias obtidas com a análise dos documentos investigados *online* gratuitos e de livre acesso**	1		

Fonte: elaborada pelos autores.

RESULTADOS

Quadro 2 - Corresponde ao total de documentos disponíveis nas Plataformas BVS, Scielo e Periódicos da Capes, obtidos por String de busca.

String de busca	Bases de dados Plataforma	Total de publicações sem o filtro	Publicações disponíveis após aplicar os filtros	Publicações aproveitadas na Revisão Sistemática
Educação Inclusiva AND Educação Infantil	BVS	27	6	2
	Scielo	73	24	1
	Periódicos da Capes	28	8	2
	TOTAL	128	38	5

Foram detectadas 128 publicações científicas nos bancos de dados, das quais 38 eram artigos disponíveis após o uso dos filtros, desses foram feitos 5 downloads, que obedeceram aos critérios de inclusão, sendo submetidos às etapas da revisão sistemática integrativa.

Quadro 3 - Descrição dos documentos (artigos) de acordo com os critérios de inclusão.

ARTIGO	AUTOR(A)	TEMA	ANO DA PUBLICAÇÃO	CONCLUSÃO
1	Gabriela Tannús-Valadão / Enicéia Gonçalves Mendes	Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países	2018	O modelo de PEI da França é o que tem maior abrangência, visto que engloba todo o ciclo de vida. Nos Estados Unidos e na Itália, ele é exclusivo da vida escolar, embora seja enfatizada a importância de medidas de controle do processo de transição da escola para o trabalho e/ou comunidade. O Brasil não possui dispositivos na legislação que garantam que tais

				estudantes tenham um PEI baseado em suas peculiaridades, resultando num planejamento centrado mais nos serviços existentes do que nas necessidades dos alunos. Assim, ainda que a era anunciada seja de inclusão escolar, as práticas de planejamento não mudaram.
2	Célia Regina Vitaliano	Formação de professores de Educação Infantil para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: uma pesquisa colaborativa	2019	Os resultados obtidos evidenciaram que, na fase inicial, os professores enfrentavam dificuldades para efetivar a inclusão dos alunos com NEE. Por meio de ciclos de estudos, reflexões sobre a prática à luz dos conteúdos teóricos estudados e da participação da pesquisadora em sala de aula, foi possível identificar que os professores se tornaram mais seguros para efetivar a inclusão de seus alunos com NEE.
3	Helena Venites Sardagna / Tatiane De Fraga Frozza	Narrativas e Práticas de Governamentalidade: a Perspectiva do Docente sobre o Aluno com Deficiência	2019	Evidencia-se a efetivação das ações inclusivas na escola, no fortalecimento do imperativo da inclusão, reforçando a instituição escolar

				que opera como uma maquinaria a serviço do Estado governamentalizado, disseminando condutas almejadas por seus docentes.
4	Libéria Rodrigues Neves / Mônica Maria Farid Rahme / Carla Mercês da Rocha Jatobá Ferreira	Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva	2019	Diante disso, propõe-se uma interlocução com o discurso psicanalítico, de modo a problematizar o lugar atribuído ao AEE nesse contexto, bem como a persistência de movimentos segregadores, que insistem em se inscrever mesmo que a orientação política proponha uma Educação Inclusiva.
5	Ladislau Ribeiro do Nascimento	Encontros possíveis entre psicologia e educação para a inclusão escolar	2018	Finalmente, com o objetivo de reafirmar a importância de adotarmos uma mudança paradigmática na promoção da educação inclusiva, apresentamos duas intervenções bem-sucedidas, ambas extraídas da literatura utilizada para o embasamento teórico deste artigo.

Fonte: Plataformas: BVS, Scielo, Periódicos da Capes.

O corpo textual foi analisado por meio da frequência de palavras, que originou a nuvem de palavras (Figura 1) criada na Plataforma *online WordArt*. Esta ferramenta agrupa e organiza graficamente as palavras-chave evidenciando as mais frequentes.

Figura 1. Nuvem de palavras

Fonte: autora.

Por meio da Figura 1, foi possível observar que as palavras em evidência na nuvem pertencem às categorias desenvolvidas a partir da análise de conteúdo de Bardin. Todas as categorias derivam da sua frequência (Tabela 1), que diz respeito ao seu quadro referencial. Em consonância ao objetivo deste trabalho, optou-se por descrever as palavras que apresentaram frequência total no texto e, a partir de seus sentidos nos campos textuais, tinham maior relevância para as representações sociais sobre a educação inclusiva, como apresentado na Figura1.

Tabela 1. Frequência das palavras presentes nos textos publicados nos artigos nas Plataformas: BVS, Scielo e Periódicos da Capes.

PALAVRAS	FREQUÊNCIA	CATEGORIAS
Educação	10	Educação Inclusiva x Educação Infantil
Inclusiva	11	
Infantil	8	

Fonte: autora.

DISCUSSÃO

A educação inclusiva precisa de atos positivos, para fins de proporcionar condições de vida melhores, para que possam enfrentar as dificuldades do seu dia-a-dia. Muitas dessas dificuldades vivenciadas no seu dia-a-dia, resultando no adoecimento (MARTINEZ et al, 2018). Infelizmente se é observado que tais mudanças estão distante de acontecer,

tornando assim cada vez mais preocupante a realidade da educação inclusiva no Brasil (NEVES et al, 2021).

Seguem abaixo, as categorias temáticas elaboradas a partir da revisão sistemática integrativa.

1 Educação Inclusiva x Educação Infantil

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica que busca o desenvolvimento total da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (VITALIANO, 2019).

De acordo com a proposta de educação inclusiva, aprovada nas políticas educacionais brasileiras, o movimento de reorganização da escola tem que iniciar na educação infantil, já que esta é a primeira fase da educação no Brasil, conforme ditames da lei (VITALIANO, 2019).

Proporcionar os recursos necessários ao aluno com necessidades especiais permite que este tenha o melhor progresso acadêmico e que se desenvolva ao máximo em termos pessoais e sociais, é importante criar condições que garantam seu progresso e bom desenvolvimento (NASCIMENTO, 2019).

A inclusão é um movimento educacional, bem como, social e político que vem proteger o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, da sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No âmbito educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades e, também, de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que foi posta tendo em conta as suas necessidades, interesses e características (NASCIMENTO, 2019).

Para que a escola atinja o objetivo de desenvolver cidadãos com competências complexas, permitindo que participem da sociedade de que fazem parte, e que revelem atitudes de tolerância e respeito para com todos os outros cidadãos, ela não pode manter-se inalterada. Em se tratando de alunos com grau elevado de dificuldades em se adaptar à escola e em enfrentar suas exigências, a história tem mostrado que segregar, permanecendo o seu cerne inalterado, não é solução (TANNÚS-VALADÃO; MENDES, 2018).

O incremento de uma educação inclusiva força a grandes mudanças organizacionais e funcionais em diferentes níveis do sistema educativo, a mudanças: na articulação dos diferentes agentes educativos, na gestão da sala de aula e do

currículo e do próprio processo de ensino-aprendizagem e, podendo gerar resistências e medos, que dificultem a ocorrência dessas mudanças (TANNÚS-VALADÃO; MENDES, 2018).

O educando com necessidade especial insere-se, atualmente, no sistema educacional cada vez mais cedo. Muitas das mudanças referidas foram provocadas por uma maior participação feminina no mercado de trabalho, alterando a rotina de cuidados e a educação dos filhos. Esse fato é relacionado com a criação das creches. Nesse sentido, a creche estava sempre associada a um caráter assistencialista e se preocupava apenas com a alimentação, a higiene e a segurança física (SARDAGNA; FROZZA, 2019).

Portanto, o modelo de Educação Infantil tem sido alterado à medida que a concepção de educação da criança de 0 a 6 anos atinge objetivos diferenciados, com propostas educacionais explícitas fundamentadas em teorias psicológicas do desenvolvimento infantil. A criança nessa idade passa a ser vista como sujeito de educação, com necessidade de atendimento qualificado que vise o seu desenvolvimento integral sendo ela capaz de aprender (SARDAGNA; FROZZA, 2019).

Educação de qualidade para todos, pode parecer uma bandeira já desbotada pelo uso excessivo, mas quem conhece o dia-a-dia das escolas de ensino regular, vem buscando incluir todos os alunos de forma igual e acolhedora (VIEIRA; RAMOS; SIMÕES, 2018).

Nesse sentido, a educação para pessoas com necessidades especiais se propõe em gerar cidadãos mais cuidadosos, responsáveis e comprometidos, capazes de contribuir para um mundo mais justo e pacífico, deve começar na primeira infância, uma vez que valores, atitudes, comportamentos e habilidades adquiridas nesse período podem ter impacto duradouro na vida (VIEIRA; RAMOS; SIMÕES, 2018).

Toda criança com necessidade especial tem direito assegurado ao acesso à educação e ao cuidado de qualidade que são uma pré-condição importante para a melhoria do desenvolvimento educacional. A primeira infância abrange o período em que as bases do desenvolvimento são lançadas e deve ser percebida como o primeiro estágio de educação, o qual deve ser acessível, assim como, o ensino fundamental (MEDEIROS; BARRERA, 2018).

Do ponto de vista pedagógico, existem aspectos positivos da inclusão e outros nem tanto. As grandes vantagens envolvem a oportunidade que é dada a crianças que apresentam diferenças marcantes de interagirem com crianças consideradas “normais”. Como se sabe cada vez mais sobre o papel enorme das

interações no desenvolvimento evita-se, dessa forma, que a criança fique em espaços separados, onde os processos de interação social são menos importantes. Ao mesmo tempo, a interação com crianças "diferentes" no cotidiano escolar pode ser uma experiência muito importante de "abertura de cabeça" para todos os alunos (MEDEIROS; BARRERA, 2018).

Uma legislação inclusiva traz muitos problemas concretos para as escolas, pois levanta a questão do que fazer com essas crianças que, em muitas situações, precisam de cuidados específicos e não conseguem realizar o que as outras realizam. Normalmente, os processos educativos da escola e até o espaço físico tratam alunas e alunos de forma homogênea, e isso se torna mais complicado quando tem crianças com características muito diferentes. Em resumo, a inclusão é um grande desafio para a sociedade e para as escolas (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019).

O processo histórico da educação dos portadores de necessidades especiais possui várias etapas, uma delas é a etapa da exclusão, anterior ao século XX, quando essas pessoas eram impedidas de conviver, não somente na sociedade, mas também nas escolas. Nesse sentindo, entende-se que houve um avanço na história da educação inclusiva, no entanto, apesar dos avanços, ainda existem muitas barreiras que impedem a entrada, a estabilidade e o atendimento destas pessoas de forma efetiva no ambiente escolar, como ainda em toda a sociedade (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019).

CONCLUSÃO

A Educação Inclusiva no Brasil está em evolução, buscando efetivar os direitos humanos das pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais, em rumo à concretização de um sistema educacional de inclusão.

Sabemos que a realidade das salas de aulas é composta por uma grande diversidade, cultural, social, étnica e, também, por portadores de necessidades educacionais especiais. Deste modo, o ritmo da aprendizagem ocorre de forma diferenciada.

Um novo olhar, em relação ao aluno portador de necessidade especial, deve estar direcionada a valorização das habilidades e possibilidades que surgem em meio as dificuldades e limitações, através de um currículo que proponha adaptações direcionadas a promoção da participação de tais alunos.

REFERÊNCIAS

MEDEIROS, Ana Paula Medeiros; BARRERA, Sylvia Domingos. Inclusão Escolar: concepções de professores e práticas educativas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 191-208, abr. 2018.

NASCIMENTO, Ladislau Ribeiro do. Encontros possíveis entre psicologia e educação para a inclusão escolar. **Arquivos Brasileiros de Psicologia.** Rio de Janeiro, 71 (1), p. 6-18, 2019.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, e84853, 2019.

SARDAGNA, Helena Venites; FROZZA, Tatiane De Fraga. Narrativas e Práticas De Governamentalidade: a Pprspectiva do docente sobre o aluno com deficiência. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.35, e188848, 2019.

TANNÚS-VALADÃO, Gabriela; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23 e230076, 2018.

VIEIRA, Alexandro Braga; RAMOS, Ines de Oliveira; SIMÕES, Renata Duarte. Inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento: atravessamentos nos currículos escolares. **Educ. Pesqui**., São Paulo, v. 44, e180213, 2018.

VITALIANO, Célia Regina. Formação de professores de Educação Infantil para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: uma pesquisa colaborativa. **Pro-Posições**, V. 30, e20170011, Campinas, SP, 2019.

(TANNÚS-VALADÃO; MENDES, 2018).
(MEDEIROS; BARRERA, 2018)
(NASCIMENTO, 2019)
(NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019)
(SARDAGNA; FROZZA, 2019)
(VIEIRA; RAMOS; SIMÕES, 2018)
(VITALIANO, 2019)

MOURA
EDUCACIONAL

Hawking
EDITORA